AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico *ao DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso,* referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia. Para tanto, o autor deverá* entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

O GOLPE DE 1964
SOB O OLHAR DA FOLHA DE S. PAULO

CRISTIANE RODRIGUES SOARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

O GOLPE DE 1964
SOB O OLHAR DA FOLHA DE S. PAULO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos.

UBERLÂNDIA-MARÇO / 2005.

SOARES, Cristiane Rodrigues, 1981.

O golpe de 1964 sob o olhar da Folha de S. Paulo.
Cristiane Rodrigues Soares – Uberlândia, 2006.

62 fl

Orientador: Kátia Rodrigues Paranhos
Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.
Inclui Bibliografia.
1. Imprensa. 2. Golpe de 64. 3. Interpretações.

CRISTIANE RODRIGUES SOARES

O GOLPE DE 1964
SOB O OLHAR DA FOLHA DE S. PAULO

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos – Orientadora

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Profa. Dr. Adalberto Paranhos

Agradecimentos

Estamos constantemente cercados de pessoas, compartilhando nossos sonhos e conquistas. No decorrer dessa monografia existiram pessoas que, no mínimo, merecem ser lembradas pelo apoio e companheirismo em vários momentos.

Agradeço a minha mãe pelo grande incentivo em meus estudos, por não ter medido esforços em me ajudar em todos os momentos.

Ao querido Antônio pelo apoio, respeito e carinho.

As minhas irmãs por me apoiarem sempre, inclusive a minha vinda para Uberlândia.

A minha orientadora Kátia Paranhos pela disponibilidade das leituras da monografia e outros trabalhos a parte e, principalmente, pelo apoio e incentivo no decorrer da minha pesquisa.

Aos meus colegas de curso pelas discussões e significativa contribuição intelectual.

Aos técnicos do Curso de História, em especial: João Batista, Gaspar, Maria Helena e Luciana pelo significativo trabalho prestado aos alunos.

RESUMO

Esta monografia discute o golpe de 1964, por intermédio do jornal *Folha de S. Paulo*. Procuro evidenciar quais as interpretações do jornal acerca desse movimento, quatro décadas após o seu desfecho, em contraponto com os discursos publicados em 1964, no calor dos acontecimentos. Busco mostrar a participação desse periódico naquele momento e o posicionamento dele no campo de conflito político e social que havia se formado no Brasil durante o governo de João Goulart.

São analisadas falas de militares, jornalistas e outras pessoas que se envolveram ou que testemunharam fatos relativos ao tema aqui examinado, na tentativa de desvendar a intencionalidade dos discursos jornalísticos produzidos naquela época. Falas mais recentes emergiram dos debates promovidos pela *Folha* em 2004 para marcar os 40 anos do golpe.

Este estudo foi baseado na leitura de matérias, artigos e editorias publicados pela *Folha* em março e na primeira quinzena de abril de 1964, colocados ao lado de textos constantes em edições de 2004 e que trazem considerações sobre o golpe.

A atuação militar, os principais acontecimentos que ajudaram na concretização do golpe, projetos e propostas políticas são aspectos colocados em exame, por terem ocupado a centralidade dos debates em 1964 e ainda hoje motivarem discussões e novas reflexões.

Reconheço a dificuldade em desvelar, nas falas das personagens desta história, toda a carga emocional, portanto, de subjetividade, nelas contida e que interfere em qualquer interpretação sobre o passado e o presente. Mas os vestígios mais aparentes podem ser visualizados, permitindo fazer uma análise crítica dos discursos jornalísticos da *Folha* em dois diferentes períodos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....07

CAPÍTULO I: A FOLHA.....17

CAPÍTULO II: O GOLPE E A FOLHA EM 1964.....28

CAPÍTULO III: A FOLHA 40 ANOS DEPOIS.....44

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....52

FONTES.....56

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....59

Introdução

No decorrer desta monografia, são analisadas matérias do jornal *Folha de S. Paulo* publicadas em março e abril de 2004, nas quais se pontuam questões em relação ao golpe militar de 1964. Para uma melhor análise das reportagens, procurei dividi-las por grupos que participaram desses debates: militares, integrantes do grupo Folha, civis e intelectuais que, em alguns casos, apresentam divergências políticas e ideológicas. Foram feitas discussões em torno de diferentes visões, ora apresentando-as separadamente com as suas singularidades, ora mostrando as suas ligações.

Os artigos do jornal, publicados nas proximidades do golpe, referentes a alguns acontecimentos considerados fundamentais na concretização deste movimento, como o Comício na Central do Brasil, a Revolta dos Sargentos, a Marcha da Família com Deus, também foram analisados com o intuito de estabelecer um contraponto entre as interpretações do jornal naquele momento (1964) e as publicadas 40 anos depois.

Percebi que, em vários textos da *Folha*, o golpe é tachado como um movimento desencadeado exclusivamente pelos militares. Outros setores da imprensa, do mesmo modo que a Igreja, grupos civis e de empresários, ficam à margem das discussões, quando elas se referem ao desencadeamento do golpe.

João Goulart (o Jango), presidente da República entre 1961 e 1964, é tratado, em grande parte dos artigos (tanto de intelectuais quanto do jornal) publicados em 2004, como um grande homem, como um governante que realmente se interessava pelas causas sociais. Alguns articulistas enfatizam que, se não fossem os novos direcionamentos do país, ocasionados pelo golpe, Goulart poderia ter mudado a história do Brasil. O período de quatro anos de seu governo é lembrado com saudosismo pela grande imprensa e apontado como momento de grandes conquistas, principalmente no campo democrático.

Observa-se que a imagem que se tem desse período é revestida de fortes elogios ao tipo de política então adotado, às discussões que fervilhavam naquele momento, aos projetos implantados por Goulart e à atuação do seu governo. A articulação militar contra o presidente é repudiada por parte da imprensa e considerada uma atitude perversa que levou o país a viver sob ditadura militar por mais de 20 anos. Os militares são apontados como os grandes vilões.

As percepções da imprensa sobre o golpe, 40 anos depois, resultam de uma reflexão completamente diferente da que se tinha na década de 1960, o que já era de se esperar, considerando que, passado tanto tempo, os observadores têm condições de fazer análises mais acuradas e maduras, por que não dizer, mais imparciais.

As discussões em torno de Jango e dos 40 anos do golpe me motivaram a investigar o tratamento dado pela imprensa aos acontecimentos de 1964, um período marcado por crises e conflitos. No campo econômico, o Brasil se encontrava mergulhado em dívidas e sem recursos para investimentos. Na esfera política, estava dividido entre forças antagônicas. Em pleno auge da Guerra Fria, o país assistia à organização dos trabalhadores e ao avanço dos movimentos populares.

A leitura das matérias da *Folha* que destacam aspectos de um passado ainda muito presente na história brasileira me instigou a rever questões relativas ao golpe de 1964. O contato com novos discursos sobre um velho tema representou uma provocação que me conduziu à busca de comparações entre o que foi dito em 1964 e o que foi escrito em 2004. Afinal, como afirma Marc Bloch, são as indagações do presente que nos levam ao passado.[1]

É a partir de um presente cheio de traços do passado que me proponho a estudar o golpe de 64, analisando discursos impressos no jornal *Folha de S. Paulo* e reconhecendo que "ainda que isso seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente".[2]

As ponderações acerca do golpe de 64, retomadas 40 anos depois, ancoram-se em uma perspectiva contemporânea chamada "história do presente", de um tempo em que os personagens e outros fatores arrolados ainda circundam a sociedade atual. A compreensão do passado torna-se possível quando o apreendemos a partir do presente. Mas o historiador, ao fazer conexões entre presente e passado, deve ser prudente e, como adverte Sirinelli,

> *pôr-se à escuta do presente para iluminar uma volta para o passado, mas evitar os efeitos não dominados do eco entre esses dois níveis. Quando dois efeitos vêm interferir sem controle entre passado e o presente, mais tarde o julgamento do futuro é impiedoso, pois todas as obras muito impregnadas de presente, ou nas quais o presente é mal compreendido pelos autores, mal passam a rampa da posteridade (...) o historiador como homem do presente*

---

[1] Ver BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

[2] CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 34.

> *trabalhando sobre o passado, é, pois, julgado em segunda instância pelo futuro.*[3]

Ao falar da história do presente, Eric Hobsbawn retoma o ditado de que "toda história é história contemporânea disfarçada", argumentando que existe algo de verdade nisso, pois o historiador, nas suas análises, está sempre partindo das experiências retiradas do presente. Ele afirma que,

> *quando não escrevemos sobre a Antiguidade Clássica ou o século XIX , mas sobre o nosso próprio tempo, é inevitável que a experiência pessoal desses tempos modelem a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar.*[4]

Posto que a pesquisa está alicerçada em uma temática contemporânea, a análise apresenta discussões vinculadas ao presente, pois este é o ponto de partida da minha reflexão.

A relação de jornalistas e historiadores caminhando lado a lado, segundo Pierre Rioux, é muito produtiva na análise e construção do tempo presente, pois, embora se afastem nos métodos, aproximam-se nas temáticas. O encontro entre esses dois profissionais permite pensar a complexidade e a produção de novas fontes. Retira-se a velha noção de que o historiador deixa as suas considerações para a posteridade, enquanto o jornalista produz para o esquecimento, porque, no dia seguinte, os seus textos estão nas feiras e são utilizados para embrulhar produtos, perdendo as suas reflexões. Essa diferenciação é comentada por Pierre Rioux, para quem

> *o historiador (...) procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do fechamento, (...) enquanto o jornalista é o homem apressado, que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura, mediatilizando-a em jatos e inventa fontes sem poder tratá-las.*[5]

Esta desvalorização do trabalho do jornalista, em contraste com a "superestima" do ofício do historiador, foi sendo extinta à medida que os próprios jornalistas

---

[3] SIRINELLI, Jean François. Ideologia, tempo e história. *In:* CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999, p. 91 e 92.
[4] HOBSBAWN, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998, p. 245.
[5] RIOUX, Pierre. Entre história e jornalismo. *In.* CHAVEAU, A.; PHILIPPE, T. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999. p. 120 e 121.

"atravessaram as fronteiras" entre essas duas profissões, exercendo um trabalho que tem por objetivo não apenas informar, mas também produzir registros históricos.

Assim, o exame da atualidade passa a ser uma crônica durável, aproximando-se mais de um "produto histórico"[6] e o trabalho do jornalista se incorpora à multiplicidade de fontes que o historiador utiliza nas suas análises, mesmo porque o discurso jornalístico está repleto de representações do real.

Com esta pesquisa, procuro trabalhar o binômio história/imprensa, buscando evidenciar informações e interpretações sobre um processo histórico registradas pela *Folha de S. Paulo*. Importa lembrar que a imprensa teve forte influência nos debates políticos e ideológicos durante o governo João Goulart, ao polemizar e colocar em discussão vários aspectos daquele contexto que possibilitam uma melhor interpretação do período e dos principais acontecimentos que culminaram no golpe.

Identifico o jornal como objeto de estudo e, como tal, constituinte de uma representação do real. Parto da premissa de que pensar historicamente a imprensa, neste caso particular, o jornal *Folha de S. Paulo*, é demonstrar que, para além de recuperar personagens, datas e determinadas atitudes políticas, o historiador que se propõe a estudar discursos jornalísticos deve buscar entender o diálogo que esses meios de comunicação estabelecem com o seu momento histórico, com seu contexto social.

A relevância do tema aqui proposto consiste em articular história e comunicação, duas áreas de conhecimento profundamente imbricadas num complexo cosmo de observação, interpretação e registro de fenômenos, de coleta de enunciados que se tornam discursos históricos. Esta abordagem se coaduna com a perspectiva da Escola dos Annales que amplia o conceito de fontes históricas e se preocupa em tirar a história de seu isolamento disciplinar, abrindo-as às problemáticas e a metodologias existentes em outras ciências sociais, num movimento de interdisciplinaridade.

Ao discutir essa relação entre história e imprensa, faz-se necessário analisar também a ligação entre imprensa e política, considerando que a linguagem jornalística é (e muito!) dotada de um viés político. Os discursos da mídia influenciam a opinião pública e, desta forma, ao interferir na aprovação ou na rejeição de projetos e ações institucionais do governo, mostram que a neutralidade é um mito.

---

[6] *Idem.*

A proposta metodológica consiste em se estudar editoriais e textos de colunistas, publicados pela *Folha de S. Paulo*, que colocam em discussão os fatores que levaram ao golpe de 64, evidenciando as diversas interpretações que se tem sobre este assunto.

As fontes são analisadas a partir de uma perspectiva crítica, afastada da interpretação positivista que considera o documento como a expressão irredutível do fato e defende a neutralidade, representada pelo distanciamento do pesquisador/autor do objeto investigado.

Esta postura segue a concepção da Nova História, movimento associado à Escola dos Annales. É dela que emerge o que Le Goff define como "uma nova concepção de documento, acompanhada de uma nova crítica desse documento".[7]

> *O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a "verdade".*[8]

Para Le Goff, é preciso "desestruturar o documento" para descobrir suas condições de produção, a fim de se obter uma leitura mais crítica e não interpretá-lo como única fonte de verdade.

Seguindo esta orientação, não se pretende utilizar a fonte apenas como exemplo ou amostra para comprovar questões que já têm respostas, ou seja, procurar aquilo que se quer ouvir, reforço para um discurso pronto – numa postura que coloca o pesquisador "apenas na superfície, geralmente reproduzindo em outras palavras a mesma argumentação do texto".[9]

Pelo contrário, a missão primordial é fazer questionamentos à fonte, levando em conta que a advertência de Marc Bloch, de que "os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los".[10] O autor acrescenta que "o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser um

---

[7] LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 54.
[8] LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (orgs.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 54.
[9] MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. *In:* SILVA, M. A. da (org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 54.
[10] BLOCH, *op. cit.*, p. 79.

conhecimento através de vestígios"[11]. Identificados como vestígios, os documentos representam, então, valiosos meios de nos fazer compreender o passado.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi também estabelecido um diálogo com outros tipos de documentação, como obras que enfocam a trajetória da *Folha* e abordam o período de 1961 a 1964, considerando-se que "o documento não é isolado, mas existe em relação a outros que ampliam o seu sentido e permitem maior aproximação da realidade"[12]. Destas fontes foram extraídas questões relevantes para a análise e a compreensão do objeto estudado.

Sobre esta questão, interessa lembrar que a utilização de múltiplas fontes se tornou prática comum a partir da História Nova.

> (...) *a história nova ampliou o campo do documento histórico, ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.*[13]

Importa ainda observar, recorrendo a Adalberto Marson, que "o que consideramos documento é produto de uma necessidade, não havendo diferença entre ele e as demais coisas necessárias ao homem, produzidas e consumidas".[14]

Quando se trata de jornal, sabe-se que tem sido crescente a utilização, nas pesquisas históricas, principalmente de fontes com uma longa trajetória, como a *Folha de S. Paulo*, que vem sendo publicada desde 1921 com notória participação na vida política do país. No entanto, conforme Maria Helena Capelato, vale ressaltar que os estudos históricos têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando–se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outro tipo de documentação.[15]

O fato de o jornal dificilmente ser utilizado como fonte privilegiada conota certo temor dos pesquisadores, ao que Alberto Dines replica, ponderando que a periodicidade não retira do jornal a sua perenidade. Para ele, história e jornalismo se relacionam e relatam circunstâncias e as técnicas dos dois não são muito diferentes – a diferença está

---

[11] BLOCH, Marc. *op. cit.*, p. 73.
[12] MARSON, *op. cit.*, p. 53.
[13] LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques, *op. cit.*, p. 28.
[14] MARSON, Adalberto, *op.cit.*, p. 53.
[15] CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino:** imprensa e ideologia: o jornal o Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

no grau de entonação do que é falado ou reportado. Assim, a suposta neutralidade do jornal não deve levá-lo ao descarte, cabendo ao pesquisador filtrar aquilo que o interessa a partir das suas perspectivas.[16]

Ao falar de história e jornalismo[17], Jean Pierre Rioux pontua que, apesar do encontro entre historiadores e jornalistas ter sido provocador, foi muito frutífero na afirmação da história do presente, pois permitiu o compartilhamento de informações e experiências entre historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica. Quebra-se, assim, o tabu de que o jornalista escreve para o esquecimento, com uma pesquisa apressada, relatando fatos juntados, e o historiador escreve para a posteridade, movendo-se comodamente na utilização das suas fontes e no seu papel de crítico das fontes.

> *Esse encontro entre esses dois sujeitos nos permite usufruir de um tipo de história que já não está calcada apenas no passado e num tipo de jornalismo que não se contenta apenas em trazer à tona os fatos, mas os traz a partir de uma legitimidade histórica.*[18]

Rioux diz que há uma mudança significativa na postura do jornalista, pois este não se contenta mais em "registrar o eco da atualidade", ele se preocupa em produzir material elaborado e exercer seu olhar crítico. Ele aponta para o papel decisivo dos meios de comunicação na transcrição, representação e até na produção dos acontecimentos – em suas palavras, "na própria respiração da história".

Ao se adotar jornais como fontes, deve-se estar atento ao fato de que eles são produtos de empresas privadas que prestam serviços de comunicação, oferecem notícias e análises sobre fatos. A respeito disso, Beatriz Kushnir adverte que as empresas de comunicação vendem um serviço, ou seja, negociam com a veracidade dos fatos[19], e levanta outra questão importante: a ligação entre imprensa e Estado.

Segundo a autora, as empresas de comunicação no Brasil têm quase sempre no governo suas principais contas publicitárias, portanto, não se pode refutar a hipótese de

---

[16] DINES, Alberto. Introdução. *In:* AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário** (1968-1978). São Paulo: Edusc, 1999, p. 13.
[17] RIOUX, *op. cit.* p., 120-121.
[18] *Idem, ibidem*, p. 120.
[19] KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda-jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2004, p. 30.

que a veracidade das informações dos jornais pode ser comprometida pelo interesse de destacar uma ou outra versão – entre várias existentes – dos fatos.

Sobre esta relação entre imprensa e Estado, Sérgio Miceli[20] evidencia que, após a vigência do regime autoritário instituído em 1964, houve aproximação maior entre as duas instituições, principalmente por causa dos constantes investimentos governamentais que propiciam o crescimento dos meios de comunicação de massa.

É importante ressaltar que os jornais são agentes dos processos políticos, influenciando a opinião pública e moldando a consciência social. Como observa Maria Alzira Abreu, muitas vezes, é a partir de uma perspectiva traçada pelos veículos de comunicação que o leitor é levado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos acontecimentos.[21]

Outro ponto a ser observado é que os jornais mudam seu posicionamento político – ora apoiando partidos de direita, ora os de esquerda – e com base nele assumem o papel de orientadores de ideais políticos. Para Maria Helena Capelato, os jornais são instrumentos de interesses e de intervenção na vida social, modificam-se as opiniões em prol de seus interesses.[22]

Diante de tantas contatações, torna-se incoerente tratar o jornal como mero transmissor, neutro e imparcial, dos acontecimentos. Ao contrário, ele agrega um conjunto de indicadores políticos, econômicos e ideológicos, define papéis sociais e interage com a sociedade por meio de múltiplos discursos.[23]

Uma outra questão que merece debate e extremamente importante quando se utiliza o jornal como fonte é a linguagem que ele utiliza, pois é a partir dela que emergem significações construídas em um determinado contexto social e histórico.

É preciso então desmontar discursos, em uma análise mais aprofundada, para descobrir suas múltiplas falas, quem os produz e para quem eles se destinam, entendendo que o falante/escritor um sujeito ideológico.

Nesta perspectiva, há que se considerar que os jornais geralmente representam os interesses de determinados grupos, aos quais dão voz em suas páginas. Cabe então ao historiador verificar aquilo que está indeterminado pelo jornal, fazer aparecer os

---

[20] MICELI, Sérgio. O papel político dos meios de comunicação de massa. *In:* SCHARTZ, Jorge e SOSNOWSKI, Saul (orgs.). **Brasil**: o trânsito da memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 41-67.

[21] Ver ABREU, Maria Alzira. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. *In*: FICO, Carlo *et al.* **40 anos do golpe:** ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15.

[22] CAPELATO, M. e PRADO, M.; *op. cit.*

[23] ARAÚJO, Maria do Pilar de. *et al.* **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1988, p. 54.

diferentes sujeitos que estão presentes nas entrelinhas, porque assim se poderá saber a quem o jornal se refere, ou seja, por quem está falando.[24]

De acordo com Beatriz Kushinir, este colaboracionismo existe, seja da imprensa com o Estado ou com qualquer outro grupo que a financia. E os grandes parceiros desses conglomerados da indústria cultural, segundo Sérgio Miceli, são os grupos e empresas que integram a lista dos maiores anunciantes e que conseguem maior penetração junto aos consumidores.[25] O autor acrescenta que os maiores investimentos publicitários estão nas mãos das autoridades governamentais (governo federal, estaduais, municipais, dentre outros), fazendo com que o poder público se torne o mais poderoso anunciante.

É a partir deste panorama que inferimos o quanto as matérias jornalísticas podem estar comprometidas, uma vez que os meios de comunicação devem ter cautela para não divulgar informações que possam prejudicar a imagem dos seus clientes.

A respeito deste assunto, Capelato analisa que "uma das questões mais complexas da imprensa é de se configurar ao mesmo tempo como instituição pública e privada". Enquanto instituição pública, atua no âmbito político, e enquanto instituição privada, orienta-se pela lógica de mercado, que prioriza o lucro. É nesse tipo de negócio, enfatiza a autora, que se entrelaçam o público e o privado.[26]

Foi transitando entre o público e o privado que a imprensa produziu suas falas no período do governo Jango. Em 1961, como pontua Flávio Aguiar[27], a imprensa, sobretudo a falada, teve papel fundamental em neutralizar o ímpeto inicial do golpe, em construir o discurso da resistência e enfraquecer o argumento conservador e reacionário de que a posse de João Goulart representava uma ameaça para o país.

Já em 1964, posicionou-se a favor da derrubada de Goulart pelos militares, seja fortalecendo o discurso anticomunista, seja abalando a imagem de Goulart e a sua política. O autor recorda que, nesse momento, os golpistas já tinham tirado uma grande lição em 1961, a de que era necessário criar a sua própria rede, neutralizar qualquer oposição na imprensa e, através desta, criar o país que lhes convinha.[28]

---

[24] ARAÚJO, *op. cit.*, p. 56.
[25] MICELI, *op. cit.*, p. 45.
[26] CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 04, jan/jun 1996, p. 135 e136.
[27] AGUIAR, Flávio. A tesoura e o quadro: uma visão sobre a censura a imprensa durante o regime de 1964. **Margem Esquerda** (Dossiê golpe de 64), n. 03, São Paulo: Boitempo, 2004, p. 44.
[28] *Idem.*

O poder de influência da imprensa é tão intenso que, mesmo passados 40 anos do golpe, os militares continuaram se valendo de suas reportagens para legitimarem as suas ações contra Goulart, como pode ser observado no livro de Humberto de Alencar Branco[29], que foi publicado pela Biblioteca do Exército e utiliza diversos editoriais que apoiavam a tomada de poder pelos militares. A obra também reúne depoimentos de coronéis e tenentes que legitimam a ação golpista – alguns deles publicados no *Jornal do Brasil* poucos dias após o golpe.

É importante observar que essas reportagens e declarações foram feitas no calor do golpe, com apenas dois anos de implantação do novo regime; as maiores atrocidades estavam por vir. Os militares ainda se encontravam na "suposta" fase de reparação do país, que seria entregue posteriormente a um novo presidente.[30]

A *Folha de S. Paulo* tem participação no livro de Branco. Dele foi extraído o editorial de 31 de março de 1965 com o título *Um ano: saldo favorável*, em que é feito um balanço de um ano do governo dos militares.

> *Duas coisas ninguém sinceramente negará: a oportunidade do movimento de 31 de Março, que em tempo deteve a acelerada marcha do país para a anarquia e o saldo favorável que a Revolução apresenta ao fim de um ano caracterizado por não poucas dificuldades.*[31]

Pode-se notar que a *Folha* não negou uma contribuição aos militares e esteve presente, como quase todo o restante da grande imprensa, no processo de derrubada de Goulart, sendo conivente com grande parte das atitudes dos militares durante o regime e servindo de canal de propaganda da ditadura ao defender que transformações positivas iriam acontecer no país com a tomada de poder.

Salienta-se que a pesquisa não pretende absolver ou condenar a *Folha de São Paulo* pelos discursos jornalísticos construídos a respeito do referido episódio político no Brasil. O objetivo é sim, analisar o dito e o subentendido dos textos do presente e do passado, buscando desvelar sentidos e representações sociais forjadas a partir dos discursos da mídia.

---

[29] BRANCO, Humberto de Alencar C. *et al.* **Revolução de 31 de março**. 2° aniversário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
[30] BRANCO, Humberto de Alencar C. *et al.*, *op. cit.*
[31] "Um ano: saldo favorável". **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1965. *In:* BRANCO, Humberto de Alencar C. *et al.* Revolução de 31 de Março. 2° Aniversário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p. 143.

A Folha

Ao fazer análise do golpe de 64, tendo como fonte a *Folha de S. Paulo*, considero pertinente trazer à tona a trajetória deste periódico. Como a maioria dos jornais do eixo Rio-São Paulo, a *Folha* é uma empresa pertencente ao grupo Frias. Pode ser considerada um veículo de grande porte, com publicações diárias e uma demanda de leitores relativamente grande, com distribuição em quase todos os estados brasileiros.

A *Folha* foi lançada em 19 de fevereiro de 1921, sob o título *Folha da Noite*, por Olival Costa, Pedro Cunha e outros ex-jornalistas do jornal *Estado de S. Paulo*. Nasceu a partir de um acordo feito por este grupo com o *Estado de S. Paulo*, que se comprometera a fazer a impressão e distribuição do novo vespertino; os custos seriam pagos pelos jornalistas com o lucro obtido das vendas avulsas e dos anúncios. Após alguns dias, a receita passou a ser suficiente para cobrir os custos e gerar lucros, permitindo autonomia, principalmente financeira, do vespertino.[32]

Maurício Puls conta que o jornal vespertino se voltava para os assalariados urbanos, relatando que "os empregados, ao regressarem para as suas casas, queriam ter acesso às últimas notícias. Na época, porém, nem rádio havia, e os vespertinos cumpriam essa função.[33]

Mas nos primeiros tempos de sua fundação, a *Folha da Noite* não tinha um espaço ideológico definido. Segundo Capelato e Motta, "o novo jornal não era oligárquico e nem, muito menos operário. Seu espaço ideológico ainda não estava aberto e, muito menos, consolidado".[34]

A preocupação com a situação dos operários era explícita. Naquele momento, o jornal assumiu o papel de porta-voz do povo e passou a funcionar como meio de protesto contra a condição social precária dos trabalhadores. Ao abordar problemas da cidade e a situação da população urbana, esse periódico atraiu a atenção das classes operárias.

Procurou, desta forma, ser a "ponte" entre o povo e o Estado, tentando legitimar aquilo que tinha como lema principal: "vigiar e criticar" o governo. Conforme Motta e Capelato, a obrigação de criticar era pedra angular da filosofia de trabalho de Olival Costa e seu grupo.

---

[32] PULS, Mauricio. Getulistas destroem máquinas da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. fev. 2001. Política. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>. Acesso em: 22 ago. 2004.

[33] *Idem.*

[34] CAPELATO, Maria Helena e MOTTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981, p. 17.

O que distinguia a *Folha* dos demais veículos de informação, segundo Maurício Puls, era a sua linguagem simples e um estilo mais leve – "seus fundadores achavam que o jornal deveria se manter independente em relação a partidos e adotar uma linha flexível, mudando de opinião sempre que feitos novos o exigissem".[35]

No decorrer da sua trajetória, a *Folha* sofreu algumas alterações que vão desde mudanças de nome à adoção de diferentes tendências ideológicas. Em 1924, para burlar a censura, saiu sob o nome *Folha da Tarde* por quatro semanas[36] e, em 1925, foi criado o jornal *Folha da Manhã* (edição matutina da *Folha da Noite*).

Ao encerrar esse primeiro ciclo que, segundo Capelato e Motta, vai até finais da década de 1920, o jornal sofreu uma inflexão ideológica, ou seja, o posicionamento dos seus representantes era outro, diferente daquele que marcou o início da história da *Folha*. Há uma mudança radical de foco e as questões referentes às massas populares cedem lugar aos assuntos relacionados ao governo, suas propostas e projetos políticos, que são amplamente difundidos e defendidos pelo jornal.

Devido às dificuldades financeiras, o jornal foi vendido em 1931 para o cafeicultor Octaviano Alves de Lima e passou a apoiar a cafeicultura, dando ênfase a problemas relacionados a questões rurais. O nome da companhia foi alterado para empresa *Folha da Manhã* .

No período que Otaviano Alves esteve à frente da *Folha*, os jornais ganharam uma fisionomia empresarial, emancipando-se financeiramente – característica que "marcou a empresa de 1931 a 1945, deixando-lhe alguns traços que seriam retomados em outros contextos e em novas dimensões."[37]

Novamente em 1945, o jornal foi vendido e, dessa vez o controle acionário da empresa passou para as mãos de José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles, que manifestavam as intenções de adotar a imparcialidade como política editorial e defender a democracia e os interesses públicos. Na direção de Nabantino, o jornal manteve a defesa de livre iniciativa, enfatizando a necessidade de adoção de políticas sociais. Nos anos do governo JK, assumiu uma posição desenvolvimentista, colocando-se favorável à construção de Brasília e à entrada de capital estrangeiro.

---

[35] PULS, *op. cit.*
[36] PATURY, Felipe. Jornal cresce e se torna grupo de mídia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, fev. 2001. Política. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>. Acesso em: 22 ago. 2004.
[37] CAPELATO, Maria Helena e MOTTA, Carlos Guilherme. *op. cit.*, p. 64.

Nabantino foi responsável pela racionalização do trabalho que deu fisionomia moderna ao jornal e resultou numa série de artigos, normas, campanhas e atitudes que fixaram a identidade ao jornal.

A década de 1960 representou um marco para a história da *Folha*. Foram fundidos os três títulos do jornal – *Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite* –, surgindo a *Folha de S. Paulo*. A escolha do título se deve ao fato de que os jornais da empresa eram conhecidos por este nome no interior. Um dos motivos da fusão, conforme Gisela Taschner, é que os jornais não diferenciavam entre si nem pelo estilo nem pelo enfoque ou pela ênfase temática.[38] Como não havia discrepância político-ideológica – eles abordavam as mesmas temáticas e com as mesmas posições ideológicas –, não fazia sentido sustentar três jornais.

Pouco tempo depois, em 1962, por causa das constantes dificuldades enfrentadas com o aumento do preço do papel, o controle acionário da empresa foi transferido para Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.[39]

Momento crítico na história brasileira, com fortes polarizações políticas e ideológicas, como o Movimento das Ligas Camponesas, esse período foi importante para a empresa, que teve modificada toda sua estrutura interna. Segundo Motta e Capelato, a má situação financeiro-administrativa e as dificuldades internas e nas vendas demandaram reformulações não somente econômicas e gerenciais, mas também tecnológicas, além de conduzirem à definição de um projeto político cultural que perpassou os anos 1960 e 1970 para se consolidar na década de 1980, quando teve início um período de intensas mudanças e inserções da *Folha* no espaço público, coincidente com o golpe militar em 64 e a instauração do regime militar que durou até 1985. Ressalta-se a participação do jornal foi constante, seja apoiando ou se contrapondo aos movimentos políticos que foram se instaurando.

Um episódio digno de nota é a contratação, em 1965, de Cláudio Abramo, que desempenhou importante papel no processo de remodelação da *Folha*. Ele foi assessor de Frias na elaboração de uma crítica diária do jornal. Depois assumiu a direção da redação, ocupada anteriormente por José Reis. Abramo criou mais três colunas (de

---

[38] TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento:** análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

[39] Sobre esse assunto, Maria Alzira Abreu observa que teve início uma crise na imprensa a partir de 1961, ainda no governo de Jânio Quadros, quando se extinguiu o subsídio do governo às compras de papel pelo jornal – "até então, importavam papel a uma taxa de câmbio especial que reduzia em 70% o preço dessa matéria prima". Sem os subsídios, a imprensa teve que suportar um aumento brutal de custos, o que agravou enormemente a sua situação financeira, fazendo com que muitos veículos de comunicação vendessem ou fechassem suas empresas.

Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo) para o jornal e, pelas mãos dele, entraram no jornal muitos jornalistas de prestígio, a exemplo de Alberto Dines e Newton Rodrigues. No período em que esteve à frente da redação, ampliou-se a participação de pessoas com divergentes tendências ideológicas[40] – quadro que permanece até hoje, como pode ser observado nas matérias sobre os 40 anos do golpe.

No decorrer do regime militar, a postura desse periódico oscilou entre a denúncia ao regime e a conivência, ou seja, a *Folha* ficou no trapézio, entre o apoio aos militares e uma recepção crítica das reivindicações da sociedade. Mário Magalhães diz que o jornal ficou numa posição neutra durante a ditadura.

> *No governo de Emilio Garrastazu Médici, o mais duro regime militar de 1964-1974, a Folha viveu um período marcadamente acrítico. Editorialmente apoiou o general. Abandonou no início, os editoriais. Depois, publica a apenas um. Não havia articulistas ou colaboradores que escrevessem sobre política.*
> *No noticiário, tomou cuidado para não noticiar como verdade o que era versão, muitas vezes falsas, das forças repressivas. Publicou mortes de oposicionistas entre aspas, apontando como fontes os órgãos policiais e militares, sem assumir como suas as informações.*[41]

A partir desta citação, pode-se depreender que a *Folha* teve muita cautela ao publicar suas matérias, principalmente aquelas que pudessem comprometer o bom andamento do jornal, mas isso não significa dizer que esteve numa posição neutra. Procurou, sim, precaver-se de possíveis problemas com os militares.

Provavelmente por ser membro do grupo *Folha*, Magalhães assume uma atitude complacente e tenta justificar a posição que o jornal adotou, classificando-a como neutra. Para isso, repete as palavras de Cláudio Abramo, pronunciadas a estudantes em 1987: "naqueles tempos não era possível fazer nada; o jornal era um ramerrão".[42]

Com a idéia de que eram tempos difíceis, Magalhães tenta explicar por que a *Folha* não se posicionou frente ao regime, mas sua justificativa não é suficiente para explicar o silêncio do jornal diante das barbaridades da ditadura. Outros profissionais atuantes na *Folha* repetem a argumentação do companheiro e enfatizam as dificuldades enfrentadas pelo jornal naqueles "tempos difíceis". Mas não se pode esquecer que,

---

[40] MAGALHÃES, Mário. Militares ameaçam suspender circulação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, fev. 2001. Política. Disponível em: <http// www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>. Acesso em: 22 ago. 2004.
[41] MAGALHÃES, *op. cit.*
[42] *Idem.*

enquanto a grande imprensa emudecia, meios de comunicação alternativos, mesmo sob ameaças de repressão, faziam intensas críticas e reflexões sobre o que ocorria no país.

A situação de calmaria na *Folha* se modificou por causa de uma grave crise entre o regime militar e o jornal, logo após a publicação de uma crônica de Diaféria[43] – *Herói. Morto. Nós.* – em setembro de 1977, na semana da pátria, criticando Duque de Caxias, enquanto elogiava um sargento que morrera ao pular num poço de ariranhas para salvar um menino. Diaféria foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, porque o exército considerou o artigo ofensivo ao seu patrono.

Após a prisão de Diaféria, o jornal publicou a coluna ocupada por ele em branco. Essa atitude do periódico despertou a fúria de alguns membros do setor militar, dentre eles o general Hugo Abreu (ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência), que ligou para Octavio Frias, ameaçando fechar o jornal, caso continuassem com a publicação. Magalhães relata que "o general Hugo ameaçou o jornal com uma suspensão de 30 dias, renovável por quanto tempo quisesse"[44], pois a Lei de Segurança Nacional permitia.

Depois do telefonema de Frota, "com medo" do fechamento do jornal, Otávio Frias decidiu pela mudança e afastou Abramo da redação, alegando que toda pressão sobre o jornal, na verdade, era sobre ele. No lugar de Abramo entrou Boris Casoy que, segundo Magalhães, apoiou o golpe de 64, estabelecendo relações mais amigáveis com os militares. Assim, evitavam-se possíveis problemas do jornal com o setor militar e se garantia a preservação da empresa. "Mas ao que parece, tudo valia a pena para preservar o jornal enquanto instituição. E esse sempre foi o discurso dos que buscaram justificar os métodos utilizados para preservar o bem maior".[45]

Nessa mesma década, num episódio anterior ao de Diaféria, em 1971, Octávio Frias foi ameaçado por guerrilheiros da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e duas camionetes da *Folha* foram incendiadas. Sobre esse episódio, Frias escreveu o editorial *Banditismo,* no qual faz críticas aos integrantes da organização. Na origem desse atentado, segundo Beatriz Kushnir, estava a revolta da ALN com outro segmento da empresa, a *Folha da Tarde,* no qual estavam infiltrados policiais e jornalistas ligados à

---

[43] DIAFÉRIA, Lourenço Carlos. Herói. Morto. Nós. Crônica publicada em 1º de setembro de 1977 na Folha de São Paulo. Disponível em: <http//www1.folha.uol.com.br/folha/ 80anos/tempos_cruciais>

[44] MAGALHÃES, *op. cit.*

[45] KUSHNIR, *op cit.* , p. 230.

repressão. O jornal publicava títulos como *Lamarca, o louco, é o último chefe do terror*, nos quais se criticava, em tom agressivo, os integrantes daquele grupo.[46]

Uma das acusações da ALN à *Folha* era a de que o jornal cedia carros para disfarce de policiais em ações contra as organizações da luta armada. No entanto, Frias, afirma que, se isso ocorreu, foi sem o seu consentimento, pois, para ele, nunca houve colaboração do jornal com o Departamento Estadual de Ordem Policial e Social (Deops) ou o Segundo Exército.

Numa réplica à afirmação de Frias, Aton Fon Filho, em carta à revista *Teoria e Debate*, faz intensas críticas ao conglomerado jornalístico, mais especificamente à *Folha da Tarde*, denunciando relações com o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

> *A própria Folha da Tarde já estava havia muito submetida à orientação do DOI-Codi, fazendo a guerra psicológica e propagandística contra a guerrilha, sem que qualquer ação militar tivesse sido desenvolvida contra ela. Não que não houvesse vontade de realizá-las. Esta surgia a cada mentira, a cada infâmia, a cada vez que a Follha da Tarde, na condição de porta-voz oficioso do DOI-Codi, anunciava como fuga ou morte em combate o que na realidade fora o assassinato de um companheiro.*[47]

Como militante da ALN e estando preso nessa época, Aton diz ter recebido notícias do assassinato de alguns companheiros de militância por agentes do DOI-Codi e declara que, "para consumar tais crimes, os agentes do DOI-Codi teriam contado com a colaboração da Folha de S. Paulo, que teria cedido veículos para que os militares montassem emboscadas em locais onde deveriam se realizar pontos entre militantes, alguns deles já presos".[48]

Ao criticar matéria publicada pela *Folha*, na qual o jornal afirma ter apanhado muito durante o regime militar, Aton diz que ela apanhou sim, "mas por ter participado de assassinatos praticados por militares criminosos".[49] E acrescenta que nem a *Folha* nem qualquer outro órgão do grupo jamais sofreu qualquer ataque militar por ter opinião diversa da que era defendida pelos militantes da guerrilha.

Corroborando a declaração de Fon Filho sobre a cumplicidade da *Folha* com o regime, Mino Carta afirma que "a *Folha de S. Paulo* nunca foi censurada, até

---

[46] *Idem.* p. 301.
[47] FON FILHO, Aton Fon. A publicidade da Folha. **Teoria e Debate**. São Paulo, jul/ago/set. 1997, p. 78.
[48] *Idem.* p. 78.
[49] FON FILHO, *op. cit.*, p. 78.

emprestava sua C-14 para recolher torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na Operação Bandeirante (Oban)[50]. Segundo ele, Octavio Frias tinha relações muito íntimas com os militares.

Mino Carta reprova a *Folha* por publicar anúncios recentes que destacam o sofrimento do jornal nos anos de chumbo, lembrando que, quando houve um pouco de pressão sobre o grupo *Folha*, Frias afastou Cláudio Abramo da direção do jornal porque estava envolvida com o pior: apoiava o general Frota, ministro do Exército.

Apesar dos julgamentos nada simpáticos, Fon Filho afirma que a *Folha* desempenha um papel democrático, desde a década de 1970, período em que a maioria dos jornais, que eram complacentes ao regime, sofreram modificações nas suas linhas de reflexão.

Atitudes como a de Frias em relação a Abramo não foram raras na imprensa e grande parte das empresas jornalísticas, para não ter as portas fechadas pelas forças de repressão, acabavam acatando aquilo que era imposto pelos chefes militares que, em muitos casos, solicitavam a demissão dos membros mais engajados.

A imprensa, nesse período, exercia uma complacência tão grande que, na análise de Bernardo Kucinski, "o regime militar não precisou criar o seu próprio veículo de persuasão". O autor diz que este foi um dos aspectos que contribuíram para caracterizar, a década de 1970, como um momento de grande despolitização da grande imprensa.

O quadro começou a ser mudado apenas no final dos anos 1970, com a extinção de meios de comunicação alternativos e a grande imprensa tentando reassumir a polemização dos fenômenos políticos, tarefa até então exercida pelos clandestinos. Esta mudança foi marcada pela campanha de abertura política no país, na qual a *Folha* teve influente participação.

Sobre o engajamento da *Folha* no processo, Magalhães pontua que, em 1974, o jornal era muito lido, mas gozava de pouco prestígio e exercia pouca influência; ainda faltava a ele densidade política. Frias passou a se dedicar mais à redação. Foram feitas reuniões entre Otávio Frias Filho, Frias (pai), Cláudio Abramo e Boris Casoy e se resolveu explorar as possibilidades de abertura política. A *Folha* ingressava numa nova fase.

Casoy relaciona três motivos para a Folha ter se transformado nos anos do regime militar: "teve a percepção nítida de que a sociedade brasileira estava reagindo ao

---

[50] Entrevista de Mino Carta à AOL no dia 26/03/2004. Disponível em: <http// www.aol.com.br>

regime militar; teve percepção das novas lideranças políticas que surgiam e serviu de porta voz e farol dessa sociedade".[51] Este discurso leva a deduzir que a *Folha* só mudou a sua postura quando percebeu que as condições políticas eram favoráveis à mudança.

Após apresentar forte apoio à abertura política no país, o jornal ganhou grande peso político, apresentando uma mudança significativa no seu quadro editorial que, após as Diretas, adotou um tom mais crítico. Com a campanha, o jornal consolidou o trabalho que havia começado alguns anos antes.

> *Entre 1978 e 1982, o jornal havia adotado uma série de posições importantes, como a defesa da anistia e da convocação de uma Assembléia Constituinte, que iriam refletir-se depois na imagem de ser o veículo mais identificado com a volta da democracia ao país.*[52]

Depois das Diretas, o jornal adotou uma política de imparcialidade e de apartidarismo, favorecida, em grande parte, pela falta de dívidas do jornal. A "independência" financeira estava conquistada e, com isso, as discussões tomaram novos rumos.

Vale lembrar que em 1981 foi publicado, na Folha, o documento de circulação interna, intitulado *A Folha e alguns passos que é preciso dar*, a partir do qual foi feita a primeira sistematização editorial e de edição de textos. Em 1984, foi publicado outro documento similar – *A Folha depois da campanha da Diretas-já* – e implantado o manual da redação.

Mas o passo significativo para mudança do jornal foi dado em 1984 com a publicação do novo projeto editorial, tendo como políticas-bases: a prática de um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista, e mais ainda, não defensor de interesses específicos.

A *Folha*, nesse período de mudanças de linha, apropriou-se dos padrões dos alternativos, passando a atuar com mais eficiência, como observa Kucinski: "bandeiras até então exclusivas da imprensa alternativa, entre as quais a campanha da anistia, são encampadas pela grande imprensa." Segundo o autor, estes jornais "lançam suplementos à imagem da imprensa alternativa", a exemplo do *Folhetim da Folha*, que pode ser confundido, em forma e conteúdo, com os jornais alternativos.

---

[51] MAGALHÃES, *op.cit.*
[52] MAGALHÃES, *op.cit.*

> *Com a abertura, a grande imprensa não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa.*[53]

O crescimento da grande imprensa aconteceu junto do fechamento da imprensa alternativa. Os grandes jornais compravam os menores ou simplesmente copiavam aquilo que eles tinham de melhor, remodelando as suas redações com padrões já testados pelos alternativos. A *Folha* adquiriu o *Última Hora* de Samuel Wainer, *Notícias Populares* de Herbert Levy, dentro outros jornais em condições financeiras difíceis. Aproveitando-se da crise e da censura em cima dos alternativos, a *Folha* deu a cartada final. Gisela Taschner sublinha que "de fato, através de uma estratégia de expansão, via aquisição de empresas em má situação financeira, em cerca de três anos Frias e Caldeira passaram a dispor de nada menos que duas gráficas e três jornais, em São Paulo."[54]

A proposta de mudança foi válida e possibilitou ao jornal uma maior influência política e inserção no mercado, mas não garantiu tranqüilidade por muito tempo. O *ombudsman* da *Folha* assinala que a grande imprensa brasileira vem amargando quedas na circulação e nas vendas, baseando-se em dados de três grandes jornais: *Folha*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Ele analisa que esse movimento decrescente iniciou em 1996 e vem se agravando de forma contínua. Supõe que um dos fatores da queda de circulação é a desconfiança e a falta de credibilidade dos leitores quanto às reportagens, consideradas incompletas, chatas, repetitivas – trazem os mesmos assuntos. Outro é a perda de espaço resultante da concorrência com *sites* e *blogs*, TVs abertas e a cabo – canais de informação mais rápidos e geralmente mais acessíveis em termos de preço.

A respeito desta crise nos grandes jornais, Maria Alzira Abreu comenta que "muitos leitores hoje buscam informações isentas, querem uma diversidade de opiniões, querem um jornal plural. Mas, não podemos nos esquecer que há também leitores que buscam no jornal a confirmação das suas idéias e convicções políticas".[55]

Conhecedores das inclinações do leitor, os jornais distribuem sua produção textual entre temas polêmicos, posicionamentos político-ideológicos, tragédias e amenidades, matérias de cultura e de economia. Buscam agradar a todos os gostos e,

---

[53] KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2003, p. XXV.
[54] TASCHNER, *op.cit.*, p. 146.
[55] Entrevista de Maria Alzira Abreu ao *ombudsman*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo 13 mar. 2005.

assim, assegurar sobrevivência num novo cosmo de comunicação marcado pelo virtual, pela internet, pela informação pasteurizada.

Ao fazer um levantamento da situação atual do jornal, com base na opinião dos leitores, o *ombudsman* da *Folha* identifica a internet como um dos principais antagonistas da imprensa escrita – "enquanto a televisão e a internet viajam em avião a jato, os jornais andam de carroça", ressalta um leitor. "Leio para obter informações e não para ser coagido", reclama outro, referindo-se à hipótese de manipulação da informação, enquanto um terceiro faz observação sobre a publicidade do jornal: "pior, contudo, é quando se começa a desconfiar de que o jornal é feito não só para vender os anúncios mas, também, para agradar os anunciantes."[56]

Em relação à publicidade, percebe-se que o jornal disponibiliza páginas e páginas com anúncios – quase metade delas é reservada a esse serviço – e o espaço que resta é para as notícias. Gisela Taschner, ao analisar a relação entre a matéria editorial, a publicidade e as quotas de papel das redações, não tem dúvida sobre qual é mais importante: é a publicidade que define o espaço inicial.

> *É o espaço que sobra do utilizado pela publicidade que é distribuído entre as diversas editorias, em proporções variáveis (para cada uma), em função da importância relativa de cada matéria no conjunto das existentes para aquele dia. Se houver vários acontecimentos considerados importantes pela direção da redação, de modo a necessitar de mais espaço de que o que lhe foi deixado pela publicidade, ela não pode deslocar os anúncios. Pode tentar aumentar o número de páginas daquela edição. Para isso tem uma cota de papel. Se o aumento for pouco, não há maiores problemas.*[57]

Seria incoerente negar o grande peso que a publicidade tem nos jornais, mesmo porque é sabido que as peças comerciais dão muito mais lucro aos jornais que as assinaturas e a venda avulsa. Mas há que se considerar que, embora o jornal seja, conforme Taschner, uma mercadoria vendida duas vezes – em dois mercados: um dos anunciantes e outro dos leitores –, pode enfrentar sérias crises financeiras se não aplicar, continuamente, políticas de atração de clientes. Sem um volume significativo de assinaturas e distribuição em bancas, o jornal perde anunciantes – não interessa a eles investir em propaganda sem retorno – e sem publicidade, não se mantém. É um

---

[56] Entrevista dos leitores da Folha ao *ombudsman*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2005.
[57] TASCHNER, *op. cit.*, p. 175.

universo de negócios complicado, onde, quase sempre, os discursos são determinados por interesses mercadológicos.

Os relatos aqui reunidos mostram que não é neutro nem o discurso jornalístico, nem os produtores e receptores. A neutralidade esconde decisões, opções. Foi assim em 1964. Foi assim em 2004. É assim agora.

O golpe e a Folha em 1964

Analisar a *Folha* em 1964 é remetê-la a um contexto de apoio e forte participação na consolidação do movimento político militar que desencadeou o golpe nesse mesmo ano. Como quase todo o restante da grande imprensa, a *Folha* utilizou grande parte das suas páginas para tecer comentários sobre o governo Goulart – quase todos criticando o presidente, sua atuação e seus projetos políticos.

Numa reportagem recente, por ocasião das comemorações dos 80 anos do jornal, um de seus colaboradores, Mário Magalhães, afirma que a *Folha* só apoiou a deposição de Goulart porque acreditou ter havido esquerdização desse governo, caso contrário, não teria apoiado. Editorialmente, comenta ele, o periódico criticava Goulart, como "as reportagens, em tom seco e relatorial, vinham acompanhadas das íntegras dos discursos presidenciais mais importantes".[58]

Segundo Motta e Capelato, naquele momento, a atenção da empresa era canalizada para outros objetivos: "esse esforço para modernizar a empresa, e para tornar mais leve a fisionomia do jornal, não o levava, todavia, a apoiar o presidente João Goulart. Na verdade a *Folha* foi anti-Jango."[59]

Nota-se que a postura em relação ao golpe vinha sendo pensada desde os primórdios do governo, junto da política do jornal de abrandar a linha editorial que, nesse caso, seria de não apoio a Goulart. Mas analisar este posicionamento no processo de derrubada do governo, apenas sob a ótica da política editorial, anula a hipótese de que o jornal teve mais de uma opção e decidiu não apoiar o presidente para evitar uma posição extremista. Mas este argumento não significou neutralidade. A *Folha* ajudou a difundir idéias que colaboraram para a propagação do terror ao comunismo, associadas a discursos – muitos deles amenos, mas nem por isso descomprometidos – de corrupção e de esquerdização do governo de Goulart, tudo isso com um tom de patriotismo e de sentimento nacionalista.

Tratava-se não de uma defesa política, mas sim de defender a nação contra um perigo iminente: o comunismo. Daí a razão de o golpe ter sido bem recebido pelo jornal, já que, supunha-se, isso preconizava a extinção da possibilidade de instauração de um governo comunista no Brasil.

---

[58] MAGALHÃES, *op. cit.*
[59] MOTTA, G. e CAPELATO, M. *op. cit.*, p. 189.

Como observam Motta e Capelato, o terror do jornal ao comunismo já vinha de tempos atrás. A *Folha* publicava críticas aos regimes totalitários identificados com o fascismo, nazismo e comunismo, mas os dos dois primeiros não representavam ameaça tão real para os países capitalistas como o comunismo.

Ao abordar a trajetória da *Folha*, os autores a dividem em três fases, sendo a terceira, que abrange o período estudado, assim caracterizada: "as soluções apontadas para os problemas do Brasil e do mundo partiam sempre da premissa de que todos os esforços deveriam ser dirigidos para enfrentar a grande ameaça que a União Soviética passara a representar."[60]

Os eventos que ocorreram no país nas proximidades do golpe, fundamentais para a concretização daquele episódio em 1964, foram intensamente polemizados, com discursos contra e a favor. A imprensa ajudou a sufocar um momento de intensos debates, mudanças ideológicas e políticas e, consequentemente, a implantar uma ditadura.

Um acontecimento que mereceu grande atenção da imprensa foi o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro. No dia seguinte, a *Folha* publicou editorial intitulado *Jango surpreende o país: refinarias encampadas*[61], fazendo críticas ao discurso de Leonel Brizola que, no Comício, colocava a necessidade de "formação de um congresso popular, integrado por camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas" como a única saída para o impasse em que se encontrava o país.

O editorial cita também parte do discurso de Carlos Lacerda, no qual ele criticava os organizadores do Comício, pontuando que a principal reforma que o país necessitava era "a reforma das consciências, para que fique livre dos traidores que estão enquistados nas cúpulas sindicais e nos órgãos governamentais (...) não podemos aceitar a reforma dos incompetentes e dos gatunos nem a revolução dos traidores".

Nesse texto, as críticas do jornal são brandas e conotam uma preocupação maior em publicar partes dos discursos das lideranças políticas e de pessoas que participaram do Comício. Posteriormente, em outras matérias, os comentários se tornaram mais tensos e ferozes, deixando transparecer claramente quais os interesses defendidos.

Em outro editorial, a *Folha* se refere à Marcha da família com Deus pela liberdade – movimento organizado com a finalidade de sensibilizar a opinião pública

---

[60] *Idem.* p. 169.

[61] JG surpreende o país: refinarias encampadas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/folha/bd/>. Acesso em: 20 jun. 2005.

contra as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo João Goulart; foi uma resposta ao Comício de 13 de março, com a primeira manifestação em 19 de março na cidade de São Paulo.

O movimento é visto pelo jornal como um momento em que os brasileiros defenderam a "Constituição" e os princípios democráticos. A *Folha* chega a atribuir à Marcha o mesmo espírito que ditou a Revolução de 32, tecendo comentários sensíveis à sociedade que se manifestava a favor da ordem e da legalidade – nada diferente das justificativas dos militares.

> *A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".*
> *Com bandas de música, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a "Marcha" começou na praça da República e terminou na praça da Sé, que viveu um dos seus maiores dias.*
> *Meio milhão de homens, mulheres e jovens – sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social – foram mobilizados pelo acontecimento. Com "vivas" à democracia e à Constituição, mas vaiando os que consideram "traidores da pátria", concentraram-se defronte da catedral e nas ruas próximas.*
> *Ali, oraram pelos destinos do país. E, através de diversas mensagens, dirigiram palavras de fé no Deus de todas religiões e de confiança nos homens de boa vontade. Mas, também de disposição para lutar, em todas as frentes, pelos princípios que já exigiram o sangue dos paulistas para se firmarem.*[62]

Com este discurso, a Folha rompeu a pretensa neutralidade e mostrou de que lado estava atuando, num momento de forte radicalização política. A Marcha, organizada por membros da direita, foi um importante instrumento político para o golpe e, de certa forma, o jornal colaborou para sua eficácia ao exaltar o movimento.

> *Foi a maior manifestação popular já vista em nosso Estado. O repúdio a qualquer tentativa de ultraje à Constituição Brasileira e a defesa dos princípios, garantias e prerrogativas democráticas constituíram a tônica de todos os discursos e mensagens dirigidos das escadarias da catedral aos brasileiros, no final da passeata.*[63]

---

[62] São Paulo parou ontem para defender o regime. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1964. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/folha/bd/>. Acesso em: 20 jun. 2005.
[63] *Idem.*

Apresentada aos leitores do jornal com esta perspectiva, a Marcha teria levado às ruas apenas pessoas comprometidas com a defesa da Constituição e instituições democráticas. No entanto, recebeu apoio de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), importantes categorias políticas que o jornal não cita. Os que ficaram do outro lado, apontados como comunistas, são tachados de corruptos, subversivos e não defensores da Constituição e dos direitos do povo.

Essa foi a imagem que a *Folha* divulgou dos militantes e simpatizantes da esquerda: arruaceiros, baderneiros que só pensam em acabar com as instituições democráticas. Ao deixar aparecer somente uma versão, exclusiva do pessoal da direita, o jornal determinou o seu lado no conflito. Acabou assumindo o discurso anti-Jango ao dar voz aos opositores de Goulart, como Plínio Salgado, que conclama as forças armadas a lutar contra a subversão.

> *Bravos soldados, marinheiros e aviadores da nossa pátria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, a anarquia, o comunismo? Contra aqueles que querem destruir os lares e a soberania da pátria? Esta manifestação não vos comove? Será possível que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos títeres de Moscou?*[64]

Já no editorial do dia 25 de março de 1964, o jornal se refere a duas grandes manifestações: a do dia 13 na Guanabara e outra, no dia 19, em São Paulo, ambas altamente representativas. A primeira é apresentada como espaço público escolhido pelo governo federal para proclamar a falência das instituições e a pregar, pela boca de alguns de seus líderes, soluções subversivas como o fechamento do congresso. A segunda, segundo o jornal, não teve vinculação alguma a organizações político-partidárias e nem respaldo oficial; foi desenvolvida por pessoas que pregavam o respeito à lei e à ordem.

Seria muita ingenuidade acreditar que os repórteres, editorialistas, colunistas e dirigentes da *Folha* não sabiam do envolvimento de grupos de direita e do apoio dado à Marcha pelo Ipes e pelo Ibad, organismos que, de acordo com Caio Navarro, financiavam grupos anticomunistas, como também importantes revistas, jornais e livros

---

[64] *Idem.*

que descaracterizassem movimentos pautados no comunismo[65]. Ao omitir, a *Folha* mentiu.

Está escrito, no editorial da *Folha* de 25 de março, que, ao contrário do Comício, que foi organizado por entidades acostumadas ao "manejo da massa", mas precisou de dispositivo militar, a manifestação do dia 19 foi feita "por espontânea adesão" das organizações femininas e, ainda por cima, não precisou de policiamento. Mas esta mobilização nada teve de improvisada. As marchas conseguiram mobilizar amplos setores da sociedade, principalmente a classe média (amparadas no medo que o discurso anticomunista causava), contra o governo Goulart. As marchas ainda serviram, durante muitos anos, de instrumento para a ditadura legitimar sua existência, como afirma Carlos Fico.[66]

A *Folha* defende habilmente a manifestação e afirmava que setores ligados ao governo, ou que refletiam o seu pensamento, tentavam depreciar a grande Marcha da família com Deus e reduzi-la ao ridículo. Coloca, como causa desses ataques, a "dor de cotovelo" por terem tido menor número de participantes no Comício na Central do Brasil, apesar da facilidade de transporte.

> *Incomodados talvez pela autenticidade desta, falam na predominância de "senhora da sociedade", representantes da classe. A, como se que não quis ver não tivesse visto o povo, em todos os seus escalões, esteve presente à manifestação. Senhoras, sim, mas também mocinhas, estudantes, operários e operárias, foram à rua para reafirmar sua confiança nas instituições.*[67]

A *Folha* utilizava um termo pejorativo para caracterizar a posição dos que criticavam a marcha: "dor de cotovelo". Isso demonstra o quanto banalizava qualquer atitude que não estivesse de acordo com os seus preceitos.

A ênfase na falta de influência política sobre a Marcha é latente nos discursos da Folha, segundo os quais, apesar de sempre existirem nessas ocasiões quem queira aproveitar das pessoas para fins políticos, esta organização, entretanto, não teve o mesmo resultado de tantas outras: "os que assistiram à passeata, sabem que os políticos foram deixados à margem, reduzidos a lugar secundário, pelos manifestantes". Ao contrário do Comício do dia 13, a Marcha "não teve dono".

---

[65] Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 2004.
[66] FICO, Carlos. Com o rosário na mão. **Nossa História**, São Paulo, Biblioteca Nacional, n. 05, mar. 2004, p. 41.
[67] Dor de cotovelo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 1964.

No momento em que a imprensa debatia arduamente a situação nacional, a *Folha* demonstrava não concordar com a hipótese de que o país tinha que resolver os problemas em clima de agitação e intranqüilidade.

> (...) *grande parcela da população brasileira não está satisfeita com sua situação nacional. Quem pode estar, com a inflação avassaladora que devora salários e transtorna quaisquer orçamentos? Ou com os apelos à violência, à subversão, à intolerância, que desabam de muitas direções?*
> *O povo não quer golpes, não quer revoluções, não quer soluções que impliquem em restrições às liberdades individuais, não quer o paroxismo que colocam em risco a integridade nacional...*[68]

Nesse ambiente de tensão em que se encontrava o país, também mereceu grande atenção do periódico paulista a Revolta dos Marinheiros – nome com que ficou conhecido o episódio originado pela resistência dos marinheiros, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro no dia 25 de março de 1964, à ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota, contra os principais organizadores do evento. Os marinheiros realizavam uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Neste caso, a indisciplina é apontada como o principal problema que o movimento gerou dentro da instituição.

> *Estamos em face, antes de tudo, de um problema disciplinar. Marinheiros e fuzileiros navais rebelaram-se contra determinações de seus superiores - a que proibia, por exemplo, comemorações do aniversário de sua entidade de classe- e praticaram atos passíveis de punição disciplinar. O ministro da marinha, almirante Silvio Mota, depois de tentar restabelecer o princípio da autoridade e não encontrando necessário apoio para isso, demitiu-se.*[69]

A *Folha* se refere à Revolta dos Marinheiros como uma tentativa de enfraquecimento das Forças Armadas, colocando que se pretendia quebrar a hierarquia e a ordem, há tanto tempo intactas.

> *E essas proporções são as de um motim, que deve ser reprimido com a aplicação dos regulamentos militares que se impõem no caso. Independentemente da justeza ou não de suas reivindicações, fato indiscutível é que os marinheiros e fuzileiros rebeldes deixaram se envolver por passionalismos de natureza política. O ostensivo apoio que receberam da Frente de Mobilização Popular, de orientação esquerdista, é demonstração*

---

[68] O caminho da concórdia. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1964.
[69] Marinha. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mar. 1964.

> *evidente de que, incentivando a rebeldia, se encontram aqueles que desejam implantar cisões profundas nas Forças Armadas.*[70]

As Forças Armadas são elogiadas e consideradas como instituição ofendida e atacada pelo pessoal de esquerda. Assim, o discurso da Folha apresenta como bandidos as pessoas de orientação esquerdista que supostamente teriam ajudado nesse "terrível" episódio. Mas a crítica mais forte teve Goulart como alvo e como motivo o fato de o presidente ter anistiado os revoltosos. O editorial de 29 de março de 1964 é incisivo: "a indisciplina saiu vitoriosa, e aos indisciplinados só faltou conceder medalha de honra ao mérito." Na opinião do jornal, os revoltosos deveriam ser tratados como subversivos e punidos.

O jornal qualifica o episódio como baderna apoiada pela esquerda e por outros setores para desestabilizar as Forças Armadas. Não são colocados em pauta, em nenhum momento, os motivos que levaram os marinheiros a se rebelarem. Enfatiza-se, sim, a imagem de Goulart como pactuante da insubordinação.

> *Oferecendo ao CGT e anexos a cabeça de um ministro da Marinha que se empenhava em preservar as tradições disciplinares dessa arma, e reconduzindo ao comando dos Fuzileiros Navais o conhecido alm. Aragão, "enfant gate" das esquerdas, o presidente teria atalhado o desdobramento da crise. Uma vitória sim, mas conseguida ao preço de compactuar com a insubordinação e de promover rebeldes à condição de quase heróis. Uma vitória que deixa abertas as portas para que rebeldias semelhantes se repitam.*[71]

A quebra da ordem nas Forças Armadas, segundo o jornal, levaria o país ao caos, caso não fossem reprimidos os responsáveis pelas indisciplinas. Os princípios da autoridade estavam se deteriorando e isso graças à atitude pacífica de Goulart que, no lugar de reprimir, apoiava tais "badernas", abrindo brechas para novos movimentos.

> *A falta de pulso na repressão a esses movimentos conduz à sua repetição, a indisfarçável simpatia do governo federal pelos rebeldes significa-lhes precioso estímulo. Em relação à área militar, a ação das autoridades da República tem contribuído poderosamente para jogar subalternos contra oficiais, comandados contra comandantes. Só faltava, talvez, erigir o CGT em árbitro de problemas estritamente afetos às Forças Armadas.*
> *Nem isso, infelizmente, falta mais.*[72]

---

[70] Marinha. Editorial, *op. cit.*
[71] Indisciplina vitoriosa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1964.
[72] Indisciplina vitoriosa, *op.cit.*

A não punição aos manifestantes, segundo esse periódico, era um erro, pois acabaria com a autoridade tão essencial para a manutenção da ordem. Este constituía um dos argumentos-chave na articulação do golpe: a necessidade de impor autoridade para salvar o país da subversão e acabar com a "bagunça" dos "arruaceiros".

Continuando os comentários sobre a crise na Marinha, o jornal aponta que esta teve um recrudescimento após a divulgação de um manifesto feito por almirantes e oficiais da Armada, anunciando que ninguém voltaria a seus postos enquanto marinheiros e fuzileiros navais não fossem punidos. Esta segunda fase da crise não era menos grave que a primeira, mas era vista de forma menos pejorativa, porque fora desencadeada como reivindicação da autoridade perdida.

A reunião realizada para comemorar o aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil é indicada como causadora da crise pelo jornal, que omitiu a importância, neste contexto, do não atendimento a uma série de outras reivindicações feitas por aqueles grupos.

A *Folha, a* todo o momento, demonstra uma atitude complacente à dos generais revoltosos, enquanto se coloca contra Goulart por tê-los anistiado. O uso do termo "crise" na Marinha não é aleatório nem neutro, assim como não é imparcial a notícia do pedido de exoneração de Silvio Mota, motivada pelos conflitos internos na corporação.

> (...) *o ministro Silvio Mota, no dia seguinte, dirigiu a toda a Armada uma proclamação, na qual advertia que não seria tolerada a ingerência de militares na esfera política e muito menos a indisciplina. Mais tarde impotente para impedir os atos de rebeldia dos marinheiros e fuzileiros, solicitou sua exoneração.*[73]

Atitudes como a do ministro Silvio Mota são bem vistas pelo jornal, porque, ao contrário de Goulart, ele se "preocupou" com a manutenção da ordem, sendo capaz de abrir mão do cargo pelo simples fato de não conseguir controlar a indisciplina. Deixando de lado as motivações e inquietações que ocasionaram todo esse conflito, os textos reproduzem falas do Alto Comando da Marinha que reforçam um clima de tensão social, massificando a idéia de que o país pode entrar em colapso pela ação dos comunistas.

> *Entretanto, na tarde de anteontem, almirantes e oficiais da marinha reuniram-se e divulgaram o manifesto em que advertem a nação sobre os perigos da comunização do país. Mais tarde, novas notícias do Rio... esses oficiais exigiam*

[73] A semana política. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1964.

> *a punição dos rebeldes e se declaravam dispostos a não voltar a seus postos enquanto essas medidas disciplinares, baseadas no Regulamento Disciplinar da Armada, não fossem adotadas. A crise continua.*[74]

Em outro editorial são expostos os resultados do referido documento, o Manifesto do Clube Naval, que, na opinião do jornal, produziu um bom impacto: "obrigou o ministro da Marinha, de comum acordo com o presidente da República, a proceder a um total reexame de todos os acontecimentos relacionados com a crise naquela arma".[75]

A *Folha* deixa bem nítida, nas suas páginas, a indignação com o presidente por ter anistiado os revoltosos e mais uma vez defende o julgamento e a punição dos "eventuais culpados".

> *Começa-se pois, tardiamente, a trilhar o bom caminho. Para que não se degringolasse completamente o princípio da autoridade das Forças Armadas, quando a crise começou, a providência inicial, indiscutível, fora e acima de toda consideração, era naturalmente a rigorosa apuração dos fatos. Depois, o seu enquadramento nas normas disciplinares da Marinha. A seguir, julgamento e punição dos eventuais culpados. Mais tarde, poder-se-ia cuidar de indultos, anistias, etc. o presidente da República, na sua condição de comandante supremo das Forças Armadas, subverteu esse processamento. Ansioso, talvez, por colocar ponto final na crise, pretendeu oferecer ao problema uma solução que era pura e simplesmente capitulação perante a rebeldia, um prêmio aos rebeldes e estímulo à indisciplina.*[76]

Sob esta ótica, o agravamento da crise seria resultado de um "erro inicial" do presidente da República que, no lugar de tomar medidas mais eficazes contra os manifestantes, os tutelou.

> *Está agora toda nação aturdida ante notas, manifestos, declarações das entidades militares, almirantes, generais, etc. a disciplina nas Forças Armadas em muito pouco se beneficia com isso, pelo contrário, mais e mais se desgasta. A culpa maior, porém, está perfeitamente caracterizada: é a dos altos escalões da República que deram mais ouvidos ao CGT e à Frente de Mobilização Popular (e voltamos a indagar: que é que tinha essa gente com um problema eminentemente militar?) do que às ponderadas vozes que exigiam um procedimento capaz de restabelecer a hierarquia e a disciplina na Marinha de Guerra.*[77]

---

[74] *Idem.*
[75] Marinha o bom caminho. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1964.
[76] *Idem.*
[77] *Idem.*

A crise na Marinha foi tema da grande maioria dos jornais da época e muitos deles estavam a favor dos discursos dos sujeitos das altas patentes das Forças Armadas. Nessas discussões, até mesmo os ditos comunistas foram considerados culpados pela desordem, sendo associados à Confederação geral dos Trabalhadores (CGT) e à Frente de Mobilização Popular. Era o famoso discurso de que "os comunistas estavam tentando implantar a baderna no país" e, portanto, estavam por traz desses acontecimentos.

Depois de 40 anos, esta visão do jornal continua a ser defendida. Elio Gaspari, ao fazer uma releitura do golpe militar em seu livro *A ditadura envergonhada*[78], afirma que o discurso de Jango no Automóvel Clube e a revolta dos marinheiros desestabilizaram as Forças Armadas. Observa-se que Gaspari acredita que já existia crise militar e considera que, com esses acontecimentos, ela se agravou.

O período correspondente ao governo Goulart (1961-1964) é comumente tratado pela *Folha* apenas a partir de suas piores características, como crise econômico-financeira e político-institucional, esquerdização de Goulart e o clima de medo que se instalou na sociedade brasileira.

> *Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, opondo-se ao presidente da República ponderável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsável pelo governo de importantes Estados da Federação.*
> *Ninguém por certo, desejou tal situação, excluídos certamente os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for. Esses elementos, infelizmente, vêm agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do governo.*[79]

Não há como negar que existiram crises no governo Goulart, no entanto, a história daquele período não se resume a isso, mas corresponde também a um momento de intensos debates ideológicos, mobilização política das classes populares, ampliação do movimento sindical tanto dos operários quanto dos trabalhadores do campo.

Elio Gaspari traça um panorama pessimista da presidência de Goulart, reduzindo-a a um governo em crise, "com a bandeira das reformas hasteada no mastro da intimidação". Aponta uma tensão política somada a um declínio econômico – o governo gastava demais e arrecadava de menos. A duplicação das greves no decorrer de

---

[78] GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
[79] Em defesa da lei. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 abr. 1964. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/folha/80anos>. Acesso em: 22 ago. 2004.

apenas um ano também é tomada como algo negativo. Para o autor, Jango era um dos governantes mais despreparados e primitivos da história brasileira, somando-se a isso a sua biografia raquítica que se limitava à "trama política e em pernas de cavalos".[80]

Quanto à *Folha*, manteve as críticas a Goulart mesmo após o golpe. Os textos jornalísticos publicados ressaltam que o então presidente da República tinha o propósito de eliminar o Congresso Nacional e atacar a Constituição. As reformas propostas por Jango são classificadas como bandeira de agitação e meio de subverter a ordem instituída.

> (...) *se existem meios para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, porque se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E porque se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E porque passou a atacá-la exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumpri-la, quando essa iniciativa de reforma é prerrogativa de outro poder?*[81]

Percebe-se, a partir da leitura de outros artigos publicados por esse jornal, que a *Folha* não é contra as reformas, mas sim contra a forma de Goulart lidar com elas. Os editoriais, a exemplo do que circulou em 2 de abril de 1964 com o título *Em defesa da lei*, defendem a adoção de outros meios para realizar as mudanças, mas não sugerem soluções, e retomam a defesa dos militares.

> *Enquanto ganhava corpo no governo, a tendência para o abuso de poder e o desrespeito ao outros Poderes da República, submetiam-se as forças Armadas ao duro vexame de assistir ao apoio que a tais atos era dado por alguns oficiais colocados em postos de direção.*[82]

É curioso como o jornal não vê falha alguma no comportamento dos militares e propaga a idéia de que as Forças Armadas eram inocentes na sua intervenção política. O fato de o poder ter sido tomado pelos militares foi, para a *Folha*, sinônimo de comemoração e de manutenção da ordem e da Constituição. Em clima de exacerbação da pátria e da ordem, nada melhor que as Forças Armadas serem guindadas ao status de salvadoras da pátria ao realizarem um feito "heróico" que livrou o país do caos.

---

[80] GASPARI, *op. cit.*, p. 48.
[81] *Idem.*
[82] Em defesa da lei. *op. cit.*

> *Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade os frutos de um regime democrático sadiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo.*
> *Clamamos em defesa da Constituição, em defesa do regime democrático, em defesa da independência e da harmonia dos poderes* (...)
> *Mas os clamores foram vãos. Não surtiram efeitos os apelos à razão e ao patriotismo dos homens a quem se acha confiada a sorte do país. E a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante, não demorando a produzir os amargos e venenosos frutos, que a inflação, jamais combatida com determinação, tornava ainda mais perigosa.*[83]

Todos esses argumentos, que se referem à situação do país antes da tomada de poder pelos militares, colaboram para a legitimação do golpe. O jornal problematizava questões já resolvidas para consolidar aquilo que havia sido implantado. Retomava, por exemplo, o Comício na Central do Brasil, como justificativa para criticar a esquerda.

> *Finalmente, no lamentável comício no dia 13, na Guanabara, o que se viu e ouviu foi, diante dos chefes militares, a pregação aberta da revolução e do descumprimento da Constituição, ao mesmo tempo que os mais profundos sentimentos do povo eram ridicularizados pelos que mais deviam respeitá-los.*
> (...) *e logo a seguir, numa verdadeira fúria de quem precisa realizar em pouco tempo uma obra imensa de destruição, a crise provocada na Marinha e o intolerável atentado à disciplina e à hierarquia militar.*[84]

Ainda no editorial de 02 de abril, o jornal se posiciona mais claramente em relação ao golpe, declarando que a situação na qual se encontrava o país justificava a tomada de poder pelos militares.

> *São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos à Constituição, à lei e ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia na Forças Armadas.*
> (...) *Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, restabelecido o primado da Constituição e do Direito. Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados nos raros pontos logo se*

---

[83] *Idem.*
[84] Em defesa da lei, *op. cit.*

> *desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei.*[85]

Na mesma direção caminha o editorial intitulado *Forças Armadas,* instituição elogiada por intervir no sistema político. Nota-se, por parte do jornal, uma tentativa de amenizar os impactos do processo e legitimar a ação militar ao pontuar que o novo presidente foi colocado no cargo de acordo com a Constituição e que esta não poderia ser ignorada. Afinal, como apregoa o jornal, é a favor da legalidade que as *Forças Armadas* sempre trabalham e, se determinadas ações estão amparadas pela Constituição, são consideradas legítimas.

> *Mais uma vez as Forças Armadas brasileiras deram provas de sua vocação intransigentemente democrática. Intervieram no processo político, quando se tornaram intoleráveis as ameaças à paz nacional. Mas logo a seguir a palavra foi transferida ao congresso. Assim, a substituição do sr. João Goulart na presidência da República processou-se dentro das normas estatuídas pela Constituição e o novo chefe do governo já se acha no pleno exercício do cargo. Nunca é demais relembrar que uma crise como a que acabamos de atravessar era realmente propícia a uma ditadura militar, fossem menos firmes os sentimentos legalistas das nossas Forças Armadas. Ao longo da nossa história, muitas vezes têm sido elas chamadas a resolver problemas que as autoridades civis ou criam ou agravam, e que põem em risco as instituições. Repostas as coisas em seus lugares, jamais avocam o poder para si; apressam-se a voltar à sua condição de garantidoras da lei e da ordem e são as primeiras a desejar que se cumpram à risca os preceitos constitucionais.*[86]

É transparente, neste editorial, a aprovação da *Folha* à ação golpista, principalmente quando afirma que a "substituição" de Goulart seguiu todos os critérios constitucionais e usa palavras de devoção àqueles que, na visão do jornal, reestabeleceram a ordem no país. Neste universo comunicacional comprometido com as questões político-partidárias, a insatisfação do povo, os movimentos sociais, a organização sindical, as reivindicações dos homens do campo, enfim, todas as lutas dos brasileiros mais humildes – e muito mais numerosos que os militares e os jornalistas –, foram postas de lado. O jornal amordaçou o discurso popular, enquanto se tornava intermediário da direita golpista.

---

[85] *Idem.*
[86] Forças Armadas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1964.

O editorial *O Brasil continua*, de 3 de abril de 1964, comemora a retomada da "legalidade" que, segundo a Folha, era ameaçada pelos desmandos de Goulart e seus assessores comunistas.

> *Voltou a nação, felizmente ao regime de plena legalidade que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo do ex-presidente João Goulart. E isto se fez, note-se, com mínimo traumatismo, graças ao discernimento de nossas Forças Armadas, que agiram prontamente para conter os desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procurava manobrar o país de acordo com o pensamento desse reduzido grupo e em ostensivo desrespeito às melhores e mais caras tradições de nossa gente.*
> *(...) empossado o novo presidente, cujo mandato tem a duração de trinta dias apenas, passados os quais deverá o Congresso eleger aquele que deverá governar a nação até o fim do atual qüinqüênio, todas as garantias individuais e todos os artigos das leis, sem exceção, se acham em vigor.*[87]

A crença de que o poder seria restituído a um civil, manifestada nas páginas da *Folha*, era compartilhada por outros setores, como relata Celso Castro: "muitos militares e civis achavam que o golpe de 1964 seria mais uma intervenção episódica, seguida à rápida entrega do poder aos políticos civis, como ocorrera várias vezes desde a implantação da República em 1889."[88]

O jornal confiava nas promessas de restituição da ordem e da legalidade e na garantia de manutenção da Constituição – que incluíam a transmissão do poder a um governo civil –, tanto que publicou novos elogios aos militares, após a destituição de Jango, por eles não terem se aproveitado da posição em que se encontravam para punir os vencidos e reivindicar o poder.

> *Melhor garantia de que superaremos sem maiores traumas o transe porque passamos não poderia haver do que o comportamento dos chefes militares vitoriosos. Não tripudiaram sobre os vencidos, não se permitiram excessos, não reivindicaram o poder nem fatias dele. O Brasil pode orgulhar-se de estar livre de pronunciamentos, de quarteladas, de juntas militares que se instalam no governo e dele não querem mais arredar-se.*
> *Esse exemplo de patriotismo e de desprendimento não pode deixar de sensibilizar os políticos aos quais incumbe o encaminhamento das soluções de graves problemas nacionais. Mais uma vez, não obstante o temporal das paixões desencadeadas, as Forças Armadas do Brasil cumpriram o seu dever. Que os demais façam o mesmo, é o que se pode desejar, parodiando a frase famosa.*[89]

---

[87] O Brasil continua. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1964.
[88] CASTRO, Celso. A conspiração fardada. **Nossa História.** São Paulo. Biblioteca Nacional, n. 05, mar. 2004, p. 44.
[89] Forças Armadas, *op. cit.*

Os editoriais repetem o argumento de que, com a ordem restabelecida, os cidadãos deveriam se abster de qualquer agitação, ajudando a mantê-la, porque "toda exorbitância, no caso, representará grave perigo, pois estará contribuindo para subverter a ordem que as Forças Armadas restabeleceram com tanto zelo".[90] E pede a todos que se dediquem ao trabalho e não dêem ouvidos a boatos de agitadores que não conseguiram tomar o poder e instalar um regime comunista no Brasil.

Certamente foi decepcionante para o jornal admitir que aquelas Forças Armadas, tão "desprovidas de interesse pelo poder", instituíssem uma ditadura que durou longos 20 anos. A *Folha* continuou um bom tempo contribuindo com a retórica dos militares, para só depois, próximo da abertura política, atuar como um jornal crítico e pluralista, como hoje se considera.

Mas antes disso, poucos dias após o golpe, a *Folha* lançou o editorial intitulado *Expurgos*, referindo-se à repressão aos militantes e simpatizantes de esquerda, apontados como comunistas, a começar por aqueles que integravam os quadros do governo deposto. Neste texto, de 4 de abril, apela aos militares para que não adotem métodos totalitários e pede para que as autoridades ajam com a cabeça fria, isentas de paixões ou rivalidades políticas.

Parece que o jornal "despertou" para a realidade em que se encontrava o país sob o poder dos militares e explicitou esta agonia nas palavras de *Expurgos*. Até então, a *Folha* não tinha manifestado preocupação com as conseqüências da implantação de um regime totalitário, apesar de quase toda América Latina estar mergulhada nele. Mas, nesse momento, pede aos militares que evitem práticas abusivas de repressão, advertindo que,

> *se não houver a objetividade que reclamamos, em pouco tempo o movimento redentor da democracia, com tanto zelo realizado pelas Forças Armadas, poderá transformar-se em indiscriminada perseguição e até mesmo em oportunidade para explosão de sentimentos totalitários não menos reprováveis que os que se achavam infiltrados no governo. Por outras palavras, poder-se-ia passar facilmente do comunismo para o nazismo ou coisa parecida, em que também não há sombra de ideal democrático* .[91]

Esses são, no jornal, os primeiros indícios de temor sobre o que poderiam fazer os militares com o poder nas mãos, mas, mesmo recomendando cautela, reconhece como necessário o afastamento dos elementos supostamente comunistas.

---

[90] *Idem.*
[91] Expurgos. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 de abr. 1964.

> *Posta abaixo aquela ordem dominante que se transformara em desordem, ou melhor, em antiordem, impõe-se a tarefa de reconstruir o regime. Para isso, é óbvio, inadiável se torna afastar de todos os postos de confiança, quer na área civil, quer na militar, os elementos ali infiltrados para o nocivo processo de comunizar o país. É sem dúvida uma escassa minoria, que entretanto, deu provas de enorme capacidade de ação agitadora e demolidora.*[92]

A idéia de limpeza, de varrer todos os "maus" elementos do governo, para assim restituir a ordem no país e impedir qualquer tentativa de implantação do comunismo, era amplamente difundida. Não se podia correr risco algum.

[92] *Idem.*

A Folha 40 anos depois

Em 2004, as matérias publicadas sobre o golpe de 64 acompanharam a tendência pluralista anunciada pela *Folha* após a campanha *Diretas já*. Nesse momento, o jornal assumia novas linhas de reflexão. Com esta atitude, os dirigentes do periódico modificaram significativamente as abordagens do jornal, que a partir de então se propunha a desenvolver um jornalismo pluralista, apartidário e crítico.

Esse pluralismo se reflete nas matérias publicadas durante as comemorações dos 40 anos do golpe. Participam dos debates diversas pessoas com tendências políticas e ideológicas divergentes, dentre elas, Thomas Skidmore, Carlos de Meira Mattos (general reformado do exército), Leônidas Pires, Carlos Heitor Cony e Caio Navarro de Toledo.

Ao mesmo tempo em que permitia e até estimulava a interação de múltiplos discursos, a *Folha* se preocupava em salientar a autoria dos textos para se preservar da polêmica que se formava em torno do assunto. Um bom exemplo é o artigo escrito por Jarbas Passarinho[93], *Julgar pressupõe equilíbrio*, e publicado em 19 de março de 2004, no qual ele faz algumas considerações contundentes sobre o golpe. Bem acima do texto, o aviso de que "os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir diversas tendências de pensamento.[94]

Se de um lado, o jornal abriu espaço para o discurso de pessoas que aprovaram o golpe e para as falas daquelas que o condenaram, de outro, continuava revelando sua posição nos editoriais, como o publicado em 31 de março de 2004, que fala sobre a esquerda brasileira e o contexto de forte radicalização política no Brasil e no mundo, conduzindo o leitor à inferência de que era a esquerda que pretendia dar um golpe. Ainda pontua que parte da elite brasileira "ameaçada" e em dificuldades para organizar uma alternativa política própria, capaz de barrar as pretensões esquerdistas, apoiou e se associou à conspiração militar, por considerá-la a única saída possível.

E num ponto a Folha tinha razão: a elite brasileira se sentia ameaçada, sob o perigo de uma suposta ação comunista que poderia confiscar suas propriedades e mexer

---

[93] Jarbas Passarinho é coronel da reserva. Foi governador do Pará (1964-65) e senador pelo Estado em três mandatos (1967-74; 1975-82; 1987-95). Foi ministro da Educação no governo de Médici; da Previdência no governo de Figueiredo e da Justiça no governo Collor de Melo.

[94] PASSARINHO, Jarbas. Julgar pressupõe equilíbrio. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 19 mar. 2004. Caderno de Brasil, p. A2.

em seu patrimônio – uma preocupação que se acentuou quando, no Comício na Central do Brasil, Goulart assinou decreto que "declarava sujeitas à desapropriação as propriedades agrícolas superiores a 500 hectares marginais de vias federais e as propriedades superiores a 30 hectares marginais de açudes e de outras obras de irrigação financiadas pelo governo".[95]

Dentre os artigos publicados pela *Folha* em 2004 e assinados por militares, estão os de Jarbas Passarinho, Carlos de Meira Mattos e Leônidas Pires. Em *Julgar pressupõe equilíbrio*, Passarinho tenta justificar o golpe, definindo-o como uma reivindicação do povo. Ele recorre ao filósofo francês Augusto Comte para reforçar a importância das instituições família, igreja e estado, sugerindo que todos os setores da comunidade nacional demonstraram, naquele episódio, interesse em preservar e viver numa sociedade de harmonia entre estas instituições e regida pela trilogia positivista de amor, ordem e progresso. Portanto, segundo o autor, o golpe de 64 se resumiu a uma "quartelada".

> *A imprensa cobrou a deposição de Goulart. A igreja integrou em harmonia com as famílias, as multidões em marchas com Deus e pela liberdade. E as Forças Armadas só reagiram quando feridas no âmago da hierarquia e da disciplina, pilares da sua existência.* [96]

Passarinho exagera ao generalizar o apoio desses setores aos militares. Embora a maior parte da grande imprensa nacional tenha se posicionado a favor do golpe – ou pelo menos não contra ele –, sabe-se que muitos meios de comunicação alternativos foram utilizados pelos grupos simpatizantes a Jango e que a oposição ao golpe militar representou um amálgama de forças – reuniu não apenas intelectuais, sindicalistas, políticos liberais, estudantes e grupos rebeldes, mas também jornalistas engajados nos movimentos sociais, padres progressistas, agricultores e camponeses.

Ex-ministro de três dos cinco governos militares, o coronel Jarbas Passarinho não escondeu sua frustração ao constatar que, nos debates sobre os acontecimentos políticos dos quatro primeiros anos da década de 1960, apenas aos militares foi atribuída a culpa, a responsabilidade quanto à trama que culminou na deposição de Jango.

---

[95] GORENDER, Jacob. No 40° triste aniversário do triste evento de 1964: o golpismo contra a história. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 03, 2004.
[96] PASSARINHO, Jarbas. Julgar pressupõe equilíbrio. **Folha de S. Paulo,** 19 mar. 2004, p. A2.

Também o jornalista e cronista Carlos Heitor Cony, membro do Conselho Editorial da *Folha*, que se identifica como sobrevivente dessa etapa que o Brasil viveu, estranha a semelhança entre textos mais recentes relativos ao período, que passam "a impressão de que o golpe contrariou a vontade do povo", ignorando e omitindo o fato de que empresários, parte da Igreja Católica, jornais, revistas e emissoras de rádio e TV e até mesmo parcela significativa da população estavam a favor do golpe.

Então, não faz sentido acusar apenas os militares, porque, mesmo representando a categoria que mais se articulou e agiu em favor do golpe de 1964, eles não foram os únicos a colaborar para que um regime autoritário se instalasse no país. Se houve culpados, eles foram muitos e nem todos usavam farda e fuzil – uns entraram no combate com dinheiro e poder econômico; outros usaram armas mais sutis: batinas, sermões, canetas, blocos de notas, colunas em jornais, microfones, mas de todas elas, a mais poderosa e a que, lamentavelmente, mais escamoteou verdades, foi a palavra.

O marechal Castello Branco, no livro *A revolução de 31 de março*, editado pela Biblioteca do Exército para "comemorar o aniversário da Revolução" – que, segundo ele, salvou e redimiu, graças ao povo e às Forças Armadas, "a democracia ante a ameaça comunista" – apresenta argumentos para mostrar que o golpe não foi resultado somente de uma ação militar, mas também de um movimento civil que agregou muitos segmentos. A obra reúne vários relatos de militares sobre o golpe e é no de Augusto Lima Júnior que fica mais explícita o envolvimento de sociedade brasileira no golpe.

> *Foi atendendo a reclamos de muitos de nossos camaradas do Exército, da Polícia Militar, Pais, Mães, figuras limpas do clero e educadores que eu comecei a estudar um meio de arrrastarmos Minas a uma posição de apoio, aos que, como Odílio Denis e Heck, já traçavam planos de resistência.*[97]

Outra matéria, publicada na folha e intitulado *Exército quer que 64 seja visto sem ressentimentos*, evidencia a visão dos militares. Nele são citadas falas de Francisco Albuquerque, atual comandante do Exército, sugerindo que a data seja lembrada sem ressentimentos. É também inserido trecho de uma nota divulgada por José Viegas Filho, ministro da Defesa do governo Lula até outubro de 2004, elogiando o trabalho das Forças Armadas.

---

[97] BRANCO, Humberto de Alencar Castello et al. **Revolução de 31 de março.** 2° aniversário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

> *A sociedade brasileira reconhece o respeito incondicional das Forças Armadas ao poder político emanado das urnas, aos direitos humanos em todas as suas dimensões e à justiça, assim como o seu propósito de trabalhar com serenidade, em prol da defesa e da soberania de uma nação mais forte, mais homogênea e mais solidária.*[98]

Em artigo na revista *Crítica marxista*, Caio Navarro observa que a fala de Viegas contida nessa nota tem como marca a ausência da expressão "revolução de 1964" e diz que muitos militares querem que o episódio seja exaltado desta forma, porque representa um momento decisivo da história nacional.[99]

Leônidas Pires, em matéria da *Folha* de 31 de março de 2004, diz que "a revolução salvou o Brasil de ser um Cubão, mas essas coisas têm preço. Ficam batendo nessa história de tortura e morte, mas não podemos esquecer que eles (os opositores do regime) também torturaram e mataram, era uma guerra",[100]

A "revolução" – não o "golpe" – aparece como ação redentora e, por esta razão, os militares acabam sendo vistos como salvadores da pátria, de heróis que devem ser reverenciados por terem lutado por uma causa "justa".

É curioso como as falas dos militares são parecidas, quase sem discordâncias, quando eles se referem ao golpe de 64. Tais similaridades podem ser constatadas em matéria publicada no dia 31 de março e escrita por Carlos de Meira Mattos[101]: "a vitória de 31 de março, que derrubou o governo do presidente João Goulart, representa um grande alívio para a enorme maioria do povo brasileiro, que vinha sendo ameaçada por uma minoria instaurada no poder".[102]

Para Mattos, essa minoria pregava abertamente a supressão do regime constitucional e a implantação de um governo fechado, opressivo, que se apregoava sindicalista. Declarando seu propósito pessoal de reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação, comenta que

> *a derrubada do governo João Goulart não foi um golpe militar, como insistem em tachar e propagar certos setores políticos e da imprensa. O dia 31 de março de 1964, foi sim o marco que coroou a resposta da grande maioria dos*

---

[98] Exército quer que 64 seja visto sem ressentimentos. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2004, p. A10.
[99] TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, n. 19, 2004.
[100] FIUZA, Murilo. Polarização de 64 persiste nas interpretações atuais. **Folha de S. Paulo**, 31 de março de 2004, p. A8.
[101] Carlos de Meira Mattos é general reformado do Exército e doutor em Ciência Política, é veterano da 2ª Guerra Mundial e conselheiro da Escola Superior de Guerra.
[102] MATTOS, Carlos de Meira. O 31 de março. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2004, p. A3.

> *brasileiros, apoiados pelas forças armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.*[103]

A idéia de comunização nas proximidades de 1964 pode ser compreendida, pois o clima político, tanto nacional quanto internacional, estava marcado por inquietações e conflitos sociais e pelo medo do comunismo que foi acentuado no auge da Guerra Fria. Por isso não é difícil encontrar declarações de militares, como a de Augusto de Lima Júnior, que apelam para essa idéia com intuito de justificar e legitimar a ação golpista.

> *Sob nossos olhos víamos a comunização intensificada em todos os setores, dispondo de recursos poderosos, num acanalhamento tão grande, que mais parecia uma visão apocalíptica, do que um cenário da vida real. Pais e mães me procuravam com lágrimas nos olhos, relatando a rebeldia dos filhos comunizados por um Bispo, por frades dominicanos, padres investidos em cátedras de ensino, que ostentavam fartos recursos em dinheiro* (...)[104]

Atualmente, fica mais difícil aceitar que o risco de comunização do país fosse tão acentuado, principalmente porque a esquerda, naquele período, não estava preparada para reagir a – muito menos em condições de executar – um golpe.

Mas passados 40 anos, a maioria dos depoimentos de militares, publicados nas matérias da *Folha*, continuam batendo nas mesmas teclas: a comunização, a idéia de que os comunistas eram uma ameaça para o país, o grande alerta ao perigo vermelho, a referência a Goulart como liderança política que estava levando o país à baderna e ao comunismo, no meio de um governo em frangalhos.

Cabe ponderar que a conjuntura social e política do Brasil nos anos 1960 era terreno fértil para que se difundisse com maior facilidade a pregação do comunismo. Os partidos políticos estavam divididos, as lutas sociais fervilhavam e a esquerda, de certa forma, estava conseguindo consolidar o seu espaço na sociedade. Este panorama reunia motivos mais que suficientes para articulação do golpe.

A sensação de perigo que contaminou parte da sociedade brasileira deu suporte às "marchas", principalmente após o pronunciamento de Goulart no Comício na Central

---

[103] MATTOS, *op. cit.*

[104] BRANCO, Humberto de Alencar Castelo e et al. **Revolução de 31 de março**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 30.

do Brasil, quando ele afirmou que "não se pode levantar os rosários da fé contra o povo"[105]. Sobre esta fala do presidente, Sérgio Dávila comenta:

> *Deu-se a desculpa que esperavam os setores conservadores da sociedade e da Igreja Católica. A partir daí inicia-se o discurso de que o presidente fechara com o comunismo e caminhava para ser um país sem religião. A reação começou no mesmo momento em que o comício acabava.*[106]

Outro fator apontado pelos militares como motivo para o golpe foi a quebra da hierarquia no meio militar, provocada pela anistia aos participantes da Revolta dos Marinheiros em 25 de março de 1964. Ao anistiá-los, Goulart desautorizava o comando e se contrapunha às normas disciplinares internas da Marinha. Também pesou o discurso do presidente, dia 30 de março, no Automóvel Clube, em apoio aos subtenentes e sargentos – a Associação dos Subtenentes e Sargentos da PM da Guanabara empenharam solidariedade a Jango, ao mesmo tempo em que pronunciavam discursos inflamados, chamando os sargentos das Forças Armadas para participarem dos seus movimentos reivindicatórios.

Não é raro encontrar, nas reportagens do jornal, o discurso de que o golpe foi, na verdade, um contragolpe à esquerda, e isso não somente entre os militares, como analisa Murilo Fiúza: "a polarização político-ideológica, alimentada pela Guerra Fria e que serviu de combustível para que os militares tomassem o poder, ainda persiste no pensamento de reportagens da época e de especialistas no assunto.[107]

Marco Antônio Villa entra neste debate e argumenta que o movimento de 64 foi um contragolpe. Numa entrevista no dia 13 de março à *Folha*, ele afirma que o Comício na Central do Brasil foi o instrumento encontrado por Goulart para forçar o Congresso a aprovar suas reformas. A tese de Villa mais incendiária é a de que todos os lados, tanto direita quanto esquerda, queriam chegar ao poder via golpe, sejam os militares, seja Brizola e até mesmo Jango.

Numa análise convergente aos enunciados de Villa, Thomas Skidmore afirma que o golpe estava sendo travado dos dois lados[108], enquanto Jorge Ferreira reforça que

---

[105] FICO, Carlos. Com o rosário na mão. **Nossa História**, São Paulo, Biblioteca Nacional, n. 05, março de 2004.
[106] DÁVILA, Sérgio. O dia em que as direitas foram às ruas. **Folha de S. Paulo**, 19 mar. 2004, p. A12.
[107] FIÚZA, Murilo. Polarização de 64 persiste nas interpretações atuais. **Folha de S. Paulo**, 31 mar. 2004, p. A8.
[108] DÁVILA, Sérgio. O dia em que Jango começou a cair. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2004, p. A8.

a esquerda pretendia fazer as reformas de base nem que para isso fosse preciso fechar o Congresso.[109]

Esta tese foi combatida ferozmente por alguns autores presentes nos debates promovidos pela *Folha*, dentre eles, Caio Navarro de Toledo, que, alguns dias após a entrevista de Villa para o jornal, usou o espaço *Painel do Leitor* para criticar Villa por ele ter afirmado que a democracia tinha vários inimigos e, principalmente, por falar que projetos golpistas existiam de todos os lados. Para Toledo, essa argumentação atenua a responsabilidade da direita pelo golpe. Ele afirma que a esquerda produziu muitas "bravatas" e "mitologias", mas que, no entanto, após 40 anos do evento, não existem evidências de que os setores de esquerda estavam prestes a tomar o poder via golpe de Estado.

A crítica de Navarro é mais ferrenha em artigo publicado na revista *Crítica marxista*, no qual ele ressalta que teses que defendem os golpes dos dois lados possuem caráter revisionista: "o grande erro nesse tipo de argumentação seria o de colocar todos os setores em pé de igualdade de condições e absolutamente nivelados em termos de destruição da democracia"[110], quando a experiência da direita brasileira em várias tentativas e golpes efetivos a coloca em vantagem no que diz respeito a conspirações.

Navarro acredita que o golpe foi um ataque contra a incipiente democracia política brasileira, um movimento contra as reformas sociais e políticas, uma ação repressiva contra a politização dos trabalhadores, do campo e das cidades e, ainda, um entancamento do amplo debate político, ideológico e cultural que estava em curso no país, mas, jamais um contragolpe.[111]

Um argumento defendido por quase todos os participantes dos debates sobre o golpe de 64 é que o Comício na Central do Brasil apressou o desfecho do golpe, pois foi nele que Goulart anunciou que o governo iria encampar refinarias particulares de petróleo e desapropriar terras em torno de ferrovias e rodovias federais. Foi nesse momento que se tornaram mais pesados os ares de radicalização política. Ao apoiar o evento, o presidente se posicionava e escolhia um lado.

Até então criticado pela indecisão, Jango movimentou a gangorra e optou pela esquerda. Com isso, fez aumentar o número de conspiradores, gente que se sentiu

---

[109] FIÚZA, *op.cit.*

[110] TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, n. 19, 2004, p. 34.

[111] TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História,** v. 24, n. 47. São Paulo, ANPUH/CNPq, 2004.

prejudicada pelas novas posturas de Goulart, principalmente os grandes latifundiários, que corriam risco de perder partes de suas terras.

Sobre a questão, Villa[112] diz que o Comício, como elemento-chave na derrubada de Jango, não passa de mito e que, mesmo naquela altura dos acontecimentos, seria possível uma solução democrática e a viabilização da reforma agrária – apesar de Goulart ter muitos inimigos –, desde que Jango tivesse buscado hegemonia no Congresso.

A respeito da possibilidade de um acordo, as opiniões são bastante divergentes. Alguns analistas sugerem que seria impossível chegar a um consenso dentro do conflito, principalmente nos aspectos associados às reformas de base, consideradas motes para o comunismo. Outros asseveram que, independentemente do Comício, o governo de Goulart já estava à beira do caos; o evento na Central do Brasil apenas precipitou aquilo que, como pontua Sérgio Dávila, viria de qualquer maneira. A trama em torno do golpe já estava sendo articulada desde a posse de Jango e os líderes deste movimento só aguardavam o momento propício para o seu desfecho. "O Comício na Central do Brasil em 13 de março de 1964, foi um dos acontecimentos centrais da crise política que resultou no golpe civil-militar", acrescenta Jorge Ferreira.[113]

A programação do dia 13 incluiu discursos incisivos que clamavam mudanças. Faixas pediam a intervenção de Jango. Jorge Ferreira lembra que "os discursos eram fortes em defesa das reformas".[114] Do Comício até 1° de abril de 1964, o conflito entre direita e esquerda tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central passava a ser a tomada de poder e a imposição de projetos. Nesse momento, militares golpistas, empresários, governadores, deputados e outras categorias aliadas já estavam bem articulados no sentido de conspirar contra o governo.

---

[112] Entrevista de Marco Antônio Villa a Sérgio Dávila. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2004, p. A9.

[113] FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. **Nossa História,** São Paulo: Biblioteca Nacional, n. 05, março de 2004, p. 32-35.

[114] *Idem.* p. 35.

Considerações finais

Ao optar por trabalhar com a imprensa, tinha bem claro que não era um objeto tão simples, pois seria necessário desvendar sua linguagem, ou seja, captar o que estava nas entrelinhas dos discursos. Observar quais as questões que o jornal privilegia, pois estes fazem escolhas sobre o que será publicado em detrimento de outras, obviamente nunca trata tudo. Procurei evidenciar como o jornal trata determinados assuntos, a sua trajetória, público-alvo, quanto de opinião ele pode formar.

Procurei problematizar o jornal como fonte de pesquisa e não considerá-lo apenas um canal de informações, entendendo que este é o papel do historiador: não apenas confirmar aquilo que já está posto, mas proporcionar uma outra interpretação por meio de uma análise crítica.

Procuro mostrar que os jornais, quando buscam construir uma dada realidade, constituem-se em lugares onde se veiculam projetos para o futuro. Eles se empenham numa construção de um determinado discurso e memória, criando marcos, priorizando datas, como é o caso do golpe militar, a maneira que o jornal o resgata, quarenta anos depois, evidenciando uma determinada leitura deste movimento que não corresponde de maneira alguma, com a sua leitura nesse período (1964).

Ao discutir matérias da *Folha* (tanto as de 2004 quanto as de 1964), busco fazer uma análise que reconhece o contexto no qual este periódico está inserido, para compreender a sua posição em alguns acontecimentos importantes para o desfecho do golpe.

Ao terminar este trabalho, percebo que, apesar de ter levantado várias questões sobre a temática, restaram alguns aspectos não abordados. Isto porque o campo de investigação é vasto e envolve uma infinidade de possibilidades de análise. Mas acredito ter respondido às interrogações que nortearam minha pesquisa

Foi necessário um recorte e então optei por focar o golpe de 1964 a partir das matérias da *Folha* nessa década e 40 anos depois. Apesar de ter enfatizado um episódio específico, não é minha pretensão dizer que o golpe se resume apenas aos meses de março e abril de 1964. Existe toda uma articulação anterior, mas ela é colocada nesta investigação como pano de fundo, do qual emergem informações importantes para traçar os caminhos da ação golpista.

A partir do contato com a *Folha* da década de 1960, percebi o quanto seria importante tratar a posição do jornal antes da concretização do golpe, pois sua participação nesse movimento vem desde antes, algumas vezes compactuando com este ou aquele grupo, outras buscando neutralidade.

Trabalhar com discursos jornalísticos significou um desafio, pelo fato de o jornal representar uma fonte de pesquisa de uso mais recente por historiadores. Mas esta experiência permitiu perceber o quanto este tipo de análise é pertinente, principalmente quando se leva em consideração o importante papel que os meios de comunicação social tem desempenhado ao longo da trajetória política brasileira, influenciando decisões políticas e a opinião pública. No caso da *Folha*, não há como negar a contribuição de seus editoriais na concretização do golpe e, mais ainda, na manutenção do regime durante um longo período.

Tomando os discursos como produtos elaborados e lançados num determinado território social, do qual emergem e para o qual convergem múltiplos sentidos e significados, não surpreende o tom dos conteúdos editoriais de 1964 e 2004. Ora, se a linguagem jornalística tem sempre uma intencionalidade – a de difundir ideologias –, mesmo se declarando neutra, é coerente afirmar que ela seleciona elementos argumentativos, dentre vários possíveis, que tentam convencer o público da justeza de determinados causas.

Para a *Folha,* a principal causa defendida em 1964 era a manutenção da integridade física e financeira da empresa, que exigia de seus dirigentes o estabelecimento, mesmo que velado, de uma espécie de pacto de cumplicidade com setores da direita. Este acordo, firmado nas entrelinhas, resultou na construção e na publicação de textos que colocaram, na centralidade dos debates, a necessidade de intervenção dos militares em situações que supostamente envolviam tentativas de perturbação da ordem pública no país.

Com esta postura, o jornal assumia os preceitos positivistas de "ordem e progresso" e passava a censurar movimentos que pudesse resultar em mudanças radicais nos rumos políticos do Brasil. Em síntese, aliou-se à direita no combate a qualquer indicativo de "revolução", dando voz às Forças Armadas e aos organizadores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A imparcialidade apregoada pela imprensa desmoronou nos bastidores da *Folha*. A direção da empresa chegou a substituir chefias de redação e a afastar jornalistas para garantir que o discurso dos mais entusiastas por reformas políticas e sociais não

ganhasse força a ponto de contaminar o conteúdo das edições naquele período complicado e influenciar a linha editorial que se inclinava para a direita.

Foi assim em 1964. Embora alguns jornais, emissoras de rádio e televisão, de forma alternativa, se juntavam á esquerda, dando voz aos movimentos populares que reivindicavam mudanças, como a reforma agrária e uma distribuição de renda mais justa, a *Folha* e outros meios de comunicação de maior porte se posicionavam do outro lado. Atrás dos discursos em defesa da manutenção da ordem e da tranqüilidade no país, escondiam o interesse de preservar seu patrimônio e de manter inabalados suas atividades e seus lucros – mesmo objetivo que levaram latifundiários e empresários a se colocar ao lado daqueles que planejaram e executaram o golpe de 1964.

Supõe-se que, na época, os donos da grande imprensa não imaginavam as sérias conseqüências do episódio. Acreditavam na promessa de intervenção militar para posterior devolução do poder a um governo civil. Uma crença derrubada dias após a deposição de Jango, quando as Forças Armadas decidiram que o poder tomado deveria ser poder mantido. Foi um balde de água fria jogada na redação da *Folha*, que tratou logo de tentar amenizar impactos negativos na sociedade, tanto que, prevendo um revanchismo do qual seriam vítimas muitos colaboradores de Goulart, o jornal pediu serenidade aos militares. Mas apesar dos apelos da *Folha*, o "expurgo" não aconteceu sem dramas.

A série de arbitrariedades cometidas pelas Forças Armadas durante a "Operação limpeza" – e denunciadas desde então pos órgãos de comunicação social e por observadores da história – mostrou que o pacto entre golpistas e parte da imprensa havia sido quebrado. Estava implantada a ditadura militar e com ela as perseguições políticas, a tortura e o extermínio daqueles que eram julgados "comunistas" e, portanto, "inimigos da nação".

Para alguns foi concedido exílio político, mas para muitos outros restou apenas vestígios na história, rastros de dor e sangue que orientaram a *Folha* numa revisita ao contexto do golpe, quarenta anos depois. E ao trilhar o caminho de volta ao passado, quem participou de alguma forma daquele momento encontra elementos para novas considerações e discursos. Não se trata mais de procurar antever os resultados de um golpe político, como foi o de 1964, mas de analisá-los.

Após quatro décadas – duas delas sob a censura de um regime militar repressor –, desvelam-se erros cometidos não somente pelas Forças Armadas, mas também os da imprensa. A sucessão de acontecimentos entre 1964 e 2004 permite examinar o governo

Goulart, sua trajetória e seu desfecho, com visão mais ampla e crítica. Vêem-se, a partir de um olhar que se volta do presente para o passado, não somente os conflitos limitados a um ano da história brasileira, mas todos os seus contornos, as situações e inquietações antes e depois do golpe, as influências durante o processo. Neste contexto, as personagens se movimentam com mais liberdade na memória e nas palavras dos que viveram aquele momento.

Os discursos militares mais recentes ainda denotam a preocupação em defender os princípios das Forças Armadas, que não se modificaram muito em quatro décadas. Reforçam argumentação em favor da disciplina, no respeito à hierarquia, às autoridades e instituições. Há muitos que ainda, mesmo com tantas vozes relatando a violência e as atrocidades no combate à subversão, insistem que não houve uma repressão tão planejadamente agressiva.

A maioria dos militares ouvidos pela *Folha* em 1964 e também em 2004 preserva a imagem do golpe como uma intervenção que se fez necessária para conter o perigo de comunização representado pelos movimentos da esquerda.

Vítimas ou testemunhas da ditadura, na fase imediatamente pós-Jango e nos anos de repressão que se seguiram, apresentam réplicas. Enquanto alguns discursos condenam exclusivamente os militares, outros não isentam a sociedade civil da responsabilidade pelo golpe e pelos fatos que dele derivaram. Nem todos os traumas foram superados. O tempo não apagou as pistas que conduzem a esse passado conflituoso, que continua inquietando cientistas políticos, historiadores e pesquisadores de outras áreas do conhecimento.

Apresentei aqui um recorte, sabendo que muitos outros serão feitos, que neste momento, quando coloco um ponto final de remate no meu discurso, outros graduandos de História, curiosos e investigadores, devem estar na mesma trilha que percorri. Afinal, o Brasil da década de 1960 é um cosmo rico em possibilidades de investigação que não se esgotam numa monografia.

5-Fontes

- **Jornal**:

***Folha de S. Paulo* - 1961-1964:**

Editoriais:

São Paulo parou ontem para defender o regime. 20 de mar de 1964.

Em liberdade provisória os marinheiros rebeldes. 28 de mar de 1964.

Ilegalidade. 25 de Mar de 1964.

Dor de cotovelo. 25 de mar de 1964.

Imprensa. 26 de Mar de 1964.

Caminho da concórdia. 27 de Mar de 1964.

Marinha 28 de Mar de 1964

Marinheiros e fuzileiros navais. 28 de mar de 1964.

Indisciplina vitoriosa. 19 de mar de 1964.

A semana política. 30 de mar de 1964

Marinha o bom caminho. 31 de mar de 1964.

Em defesa da lei. 02 de abr de 1964.

O Brasil continua. 03 de abr de 1964.

Forças Armadas. 03 de abr de 1964.

Expurgos. 04 de abr de 1964

A vez dos políticos. 04 de abr de 1964

Legalidade mesmo. 05 de abr de 1964.

Retroceder não. 05 de abr de 1964

40 anos depois. 31 de mar de 2004.

Exército quer que 64 seja visto sem ressentimentos. 31 de mar de 2004.

***Folha de S. Paulo* – 2004:**

CONY, Carlos Heitor. Minha voz era a de um alienado. 20 de Mar de 2004.

_____. 40 anos depois. 25 de Mar de 2004.

_____. Podia ser pior. 29 de Mar de 2004. Cadernos do Brasil.

_____. A tarefa de proclamar a nudez do rei. 31 de Mar de 2004.

DÁVILA, Sérgio. O dia em que Jango começou a cair. 13 mar de 2004.

_____.Presidente quis forçar reforma. Entrevista com Marco Antônio Villa.13 de Mar de 2004.

_____. O dia em que a direita foi às ruas. 19 de Mar de 2004.

_____. O dia em que a marujada se rebelou e foi às ruas. 25 de Mar de 2004.

_____. O dia em que os militares tomaram o poder. 31 de Mar de 2004.

FREITAS, Jânio de. O golpe inequívoco via telex. 31 de Mar de 2004.

GASPARI, Hélio. Jango, 40 anos de um mito. 21 de Mar de 2004.

KONDER, Rodolfo. Memórias amargas. 16 de Mar de 2004.

MATTOS, Carlos de Meira Mattos. O 31 de Março de 1964. 31 de Mar de 2004.

PASSARINHO, Jarbas. Julgar pressupõe equilíbrio. 19 de Mar de 2004.

SERRA, José.1° de Abril. 29 de Mar de 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964, 40 anos. 16 de Mar de 2004. Painel do Leitor.

Livros, artigos e teses:

CAPELATO, Maria Helena e MOTTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981.

FON FILHO, Aton Fon. **A publicidade da Folha**. Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo. Ano 10, n° 35- jul/ago/set, 1997.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Revistas:

Caros Amigos **(O Golpe de 64),** n° 19, São Paulo, Casa Amarela, Mar. 2004.

História e Luta de Classes (1964: golpe de Estado), n° 1, Rio de Janeiro, Abr. 2005.

História: Questões & Debates (Dossiê: 1964: 40 anos), n° 40, Curitiba, Ed. Da UFPR, 2004.

Margem Esquerda (Dossiê: golpe de 64), n° 3, São Paulo, Boitempo, 2004.

Revista Brasileira de História (Brasil: 1954-1964), v. 14, n° 27, São Paulo, Marco Zero / SCT / CNPq / FINEP, 1994.

Revista Brasileira de História (Brasil: do ensaio ao golpe-1954-1964), vol. 24, n°47. São Paulo, ANPUH/CNPq, 2004.

Jornal:

Jornal da Unicamp (O golpe 40 anos depois), n° 246, Campinas, Unicamp, 2004.

Sites:

www1.folha.uol.com.br/folha/bd/

www1.folha.uol.com.br/follha/arquivos/

www1.folha.uol.com.br/folha/80anos

6 – Referências Bibliográficas

Livros, artigos e teses:

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos e et al. **Seminário 40 anos do golpe de 1964: 1964-2004/ditadura militar e resistência no Brasil.** Rio de Janeiro: 7letras, 2004, p. 15-25.

AGUIAR, Flávio. A tesoura e o quadro: uma visão sobre a censura à imprensa durante o regime de 1964. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, n° 03, 2004, p. 43-48.

AMARAL, Marina. Com a palavra a burguesia nacional. **Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, n° 19, 2004, p. 23.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978).** São Paulo: Edusc, 1999.

ARAÚJO, Maria do Pilar de. *et al.* **A pesquisa em história.** São Paulo: Ática, 1988.

ARBEX, José. Marionete do Tio Sam. **Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, n°19, 2004, p. 17-18.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan/Ed. UnB, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. et al. **Revolução de 31 de Março.** 2° aniversário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

CALLADO, Antonio et al. **64 d. c**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945), 1989**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Imprensa, uma mercadoria política. **História & Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, v. (11): Jul./Dez. 1994, p. 191-192.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino-imprensa e ideologia: o jornal o Estado de S. Paulo.** São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CASTRO, Celso. A conspiração fardada. **Nossa História.** São Paulo: Biblioteca Nacional, n°05, Março de 2004, p. 44-47.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 1991. p. 173-191.

CONY, Carlos Heitor. **A revolução dos caranguejos**. São Paulo: Objetiva, 2004.

_____. **O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

COUTO, Ronaldo C. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Memória viva do regime militar: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D' ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. 4° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

D' ARAUJO, Maria Celina, DILLON, Gláucio A. e CASTRO, Celso. **Visões do golpe**. São Paulo: Ediouro, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida. Crônicas de um golpe anunciado. **Nossa História**. São Paulo: Biblioteca Nacional, n°05, Março de 2004, p. 26-30.

DIAS, Luiz Antonio. **O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de S. Paulo e o golpe de 1964**. Dissertação de mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do estado (ação política, poder e golpe de classe)**. 3°ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. **Nossa História.** São Paulo: Biblioteca Nacional, n°05, Março de 2004, p.32-35.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vols. 3 e 4.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. **(Brasil: do ensaio ao golpe-1954-1964)**, vol. 24, n°47. São Paulo, ANPUH/CNPq, 2004, p.29-60.

_____. Com o rosário na mão. **Nossa História.** São Paulo: Biblioteca Nacional, n°05, Março de 2004, p.40-43.

_____. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FON FILHO, Aton. A publicidade da Folha. **Teoria & Debate**. Revista trimestral da Fundação Perseu Abramo: n°35, Jul/Ago/Set, 1997, p. 78.

FRANCIS, Paulo. **Trinta anos esta noite: 1964 – o que vi e vivi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

GASPARI, Élio. **As ilusões armadas** (A ditadura envergonhada / A ditadura escancarada / A ditadura derrotada / A ditadura encurralada). São Paulo: Companhia das letras, 2002/2004.

GOFF, Jacques Le; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (orgs.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 26-64.

GORENDER, Jacob. No 40° triste aniversário do triste evento de 1964: o golpismo contra a História. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, n° 03, 2004, p.33-42.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** 2° ed. São Paulo: Edusp, 2003.

KUSHNIR, Beatriz (org.). **Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.

_____. **Cães de guarda-jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2004.

LAGO, Mário. **Reminiscências do sol quadrado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

MARSON. Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. *In*: Silva, M.A. da (org). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1984, p. 37-64.

MELLO, Carlos Alberto Furtado. **Imprensa e democracia:** a transformação da Folha de S. Paulo e a criação dos partidos dos trabalhadores. S. P/ PUC, 1996. Dissertação de Mestrado.

MICELI, Sérgio. O papel dos meios de comunicação de massa. In: SCHWARTZ, Jorge e SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 41-67.

MORAES, Denis de (org). **A esquerda e o golpe de 64:** vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. 2° ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ORTIZ, Renato. Sociedade e Cultura. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p. 184-209.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil – 1964/1984: repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina: Eduel, 2001.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. *In*: CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Cohen. Bauru. São Paulo: Edusc, 1999, p. 119-126.

SILVA, Hélio. **Golpe ou Contra golpe?**. Porto Alegre: L&M, 1978.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964/1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STARLING, Heloisa M. Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Visões críticas do golpe: democracia e populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista, n° 19, Rio de Janeiro, Revan, 2004, p. 27-48.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História (Brasil: do ensaio ao golpe-1954-1964)**, v. 24, n°47. São Paulo, ANPUH/CNPq, 2004, p.13-28.

VENTURA, Zuenir. **Voluntário da Pátria**. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

VIANA, Natália. O padrinho Sam. **Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, n° 19, 2004, p. 14-16.

VILLA, Marco Antonio: **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. *In*: WASSERMAN, Claudia e GUAZZELLI, César a. Barcellos (orgs). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 27-44.